

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

4ª EDIÇÃO - 2023



Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Patrocínio:

Uber

VISÍVEL E INVISÍVEL:
A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES NO BRASIL

4ª EDIÇÃO - 2023

Ficha institucional e técnica

Conselho de Administração

Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa

Presidente de honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Patrícia de Oliveira Nogueira

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão de Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Marina Bohnenberger

Juliana Brandão

Thaís Carvalho (estagiária)

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

Ficha Técnica do Projeto

Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição – 2023

Samira Bueno, Juliana Martins, Juliana Brandão, Isabela Sobral, Amanda Lagreca

Ilustrações: Lais Oliveira

Diagramação: Oficina22

Sumário

Apresentação Uber	6
O crescimento acentuado da violência contra a mulher em 2022.....	8
Metodologia.....	10
Percepção da violência	12
Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.....	15
Violência nos últimos 12 meses	21
Local e autor da violência: riscos para mulheres separadas e PEA.....	30
Atitudes tomadas pelas mulheres que sofreram violência.....	35
Assédio sexual.....	37
As (muitas) marcas da violência	42
Recomendações	47
Referências bibliográficas.....	49

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1: Avaliação da população em relação à violência contra as mulheres nos últimos 12 meses, série histórica (2021 e 2023).	12
Gráfico 2: Presenciou alguma dessas situações – Respostas afirmativas, mulheres.	14
Gráfico 3: Prevalência de violência física e/ou sexual por parte de parceiro íntimo ao longo da vida.	16
Gráfico 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.	16
Gráfico 5: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida – física, sexual e psicológica.	17
Gráfico 6: Mulheres vítimas de violência nos últimos 12 meses.....	22
Gráfico 7: Evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017-2023.....	22
Gráfico 8: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por situação conjugal.	29
Gráfico 9: Local onde ocorreu a violência mais grave. Série histórica, 2017-2023.	30
Gráfico 10: Principais autores de violência. Série histórica, 2017-2023.....	32
Gráfico 11: Vítima de violência ou agressão nos últimos 12 meses, PEA e não PEA.....	33

Gráfico 12: Razões pelas quais as vítimas de violência não procuraram a polícia após a última agressão sofrida	36
Gráfico 13: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses.	37
Gráfico 14: Ações para combater a violência doméstica - Mulheres e vítimas de violência.....	46
Tabela 1: Nos últimos 12 meses, você viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade? (Resposta estimulada e múltipla, em %) – Série histórica (2017 – 2023)....	13
Tabela 2: Vitimização ao longo da vida por parceiro ou ex-parceiro. Projeção populacional.	17
Tabela 3: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por faixa etária.	18
Tabela 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade.....	19
Tabela 5: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por raça/cor.	20
Tabela 6: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, existência ou não de filhos.	20
Tabela 7: Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica (2017 - 2023).....	21
Tabela 8: Mulheres vítimas de violência no último ano. Projeção populacional.....	23
Tabela 9: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por faixa etária.....	25
Tabela 10: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por escolaridade.....	25
Tabela 11: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por renda familiar mensal.	26
Tabela 12: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por raça/cor.	27
Tabela 13: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por existência de filhos.....	27
Tabela 14: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por situação conjugal.....	28
Tabela 15: Média de agressões sofridas no último ano.....	29
Tabela 16: Autor da violência mais grave sofrida.....	31
Tabela 17: Atitude em relação a essa agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017-2023.....	35
Tabela 18: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Projeção populacional.....	38
Tabela 19: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017 - 2023.	39
Tabela 20: Vitimização por assédio sexual, por faixa etária.	39
Tabela 21: Vitimização por assédio sexual, por escolaridade.....	40
Tabela 22: Vitimização por assédio sexual, por raça/cor.	41
Tabela 23: Políticas públicas consideradas importantes para o enfrentamento à violência contra a mulher segundo as entrevistadas.	45

Apresentação Uber

O trabalho realizado pelo Fórum é mais do que necessário, é fundamental para pautar um debate qualificado sobre os desafios de segurança pública no Brasil. E a Uber quer fazer parte desse debate. Esses mesmos desafios que são enfrentados pela sociedade como um todo, e são especialmente mais sentidos pelas populações mais vulneráveis, também impactam a nossa operação, que faz parte do cotidiano de 30 milhões de usuárias e usuários e 1 milhão de motoristas parceiras e parceiros que usam o aplicativo diariamente para se deslocar ou gerar renda.

Enquanto empresa de tecnologia, a Uber acredita que os recursos digitais são a forma mais escalável de se buscar mais segurança para a plataforma e por isso está sempre investindo em ferramentas que atuam desde antes mesmo de uma viagem começar, estão presentes durante os trajetos e também disponíveis depois que o deslocamento se encerra. Mas sabemos que quando se trata de um problema social sistêmico e complexo, como é a violência de gênero, é preciso ir além do que é possível fazer no aplicativo e atuar na sociedade como um todo para defender que as mulheres tenham o direito de ir e vir com segurança.



Em 2018, quando firmou um compromisso público de combater proativamente a violência de gênero, a Uber buscou especialistas e autoridades no assunto para fortalecer iniciativas de enfrentamento e criar projetos que realmente fizessem a diferença. Desde então, apoiamos o Fórum Brasileiro de Segurança Pública por meio dos Encontros Anuais, da publicação do Manual Princípios e Práticas de Formação de Policiais para o atendimento às mulheres em situação de violência, do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres e da Pesquisa de Vitimização de Mulheres no Brasil.

Os resultados trazidos pela quarta edição da pesquisa de vitimização do Fórum alertam para o fato de que 33,6% das mulheres já sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo ou do ex, e, além de mostrar um crescimento expressivo de todos os tipos de violência, apontam a casa como o espaço de maior violência para as mulheres (53,8%). Esses índices mostram a importância de iniciativas como a “Ângela”, uma assistente virtual acionada via whatsapp, criada em meio à pandemia de COVID-19, quando unimos forças ao Instituto Avon para ajudar mulheres em situ-

ação de violência doméstica que se viram em isolamento social junto aos seus agressores. Além da ferramenta disponibilizar diversos tipos de apoio, como assistência social, psicológica e jurídica, essa mulher recebe um código promocional para solicitar uma viagem de forma gratuita no aplicativo da Uber e se deslocar com independência.

E se por um lado os dados evidenciam a existência de uma epidemia de violência contra a mulher no Brasil, eles também apontam para algumas das ações consideradas relevantes para o enfrentamento dessa questão, como suporte psicológico, campanhas de conscientização e acesso às necessidades básicas para as mulheres em situação de violência. Nesse sentido, a Uber além de ser uma oportunidade de geração de renda com flexibilidade para mulheres em busca de sua autonomia financeira, está comprometida em atuar nos dois espectros desse enfrentamento: a prevenção por meio de conteúdos educativos e o suporte humanizado com profissionais especializados.

Em parceria com o MeToo Brasil, desenvolvemos uma campanha educativa para todos os ho-

mens que usam o aplicativo - usuários e motoristas parceiros - reforçando o principal ponto do Código da Comunidade Uber: que o respeito precisa ser a base de todas as interações por meio do aplicativo e qualquer coisa diferente disso pode levar à desativação da conta, além da colaboração da empresa com o sistema de persecução criminal, se for o caso. Também com o MeToo, criamos um canal de suporte psicológico para auxiliar vítimas de violência de gênero e discriminação. São até quatro sessões de uma hora cada, que são conduzidas por psicólogas especializadas para dar um primeiro acolhimento e auxiliar a pessoa para que ela se sinta segura e apoiada ao enfrentar o trauma vivido.

Sabemos que esse é um enfrentamento de longo prazo e seguiremos trabalhando tendo a segurança como prioridade, a tecnologia como aliada e as autoridades e a sociedade civil organizada como parceiras.

Natália Falcón

Gerente de Comunicação para Assuntos de Segurança e de Parcerias para Enfrentamento à Violência contra a Mulher

O crescimento acentuado da violência contra a mulher em 2022

Em sua quarta edição, a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” traz dados inéditos sobre diferentes formas de violência física, sexual e psicológica sofridas por mulheres com 16 anos ou mais no ano passado. Em comparação com as pesquisas anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no último ano. Agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos se tornaram ainda mais frequentes na vida das brasileiras. O assédio sexual, seja no ambiente de trabalho ou no transporte público, atingiu recordes inimagináveis. E, ainda que não se possa hierarquizar os traumas provocados pelas diferentes modalidades de violência, o fato é que estamos diante de um crescimento agudo de formas graves de violência física, que podem resultar em morte a qualquer momento. Neste sentido, embora os dados de feminicídios e homicídios dolosos de mulheres do ano de 2022 ainda não estejam disponíveis, não será surpresa se nos depararmos com o crescimento de ambas as modalidades de violência letal contra as mulheres. Infelizmente o Brasil ficou mais inseguro para todas nós.

Mas o que teria provocado crescimento tão acentuado da violência contra as mulheres em 2022? Embora seja difícil apontar uma única causa, muitos fatores podem ser aqui destacados como centrais para a compreensão do agravamento do cenário. O primeiro, já identificado em outros relatórios publicados por nós, tem relação com o desfinancia-

mento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher por parte do Governo Federal nos últimos quatro anos (FBSP, 2022a). Nota técnica produzida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostrou que em 2022 ocorreu a menor alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra mulheres em uma década. Sem recursos financeiros, materiais e humanos não se faz política pública.

A pandemia de Covid-19, por sua vez, comprometeu o funcionamento de serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência. A restrição nos horários de funcionamento, as dificuldades de circulação impostas pelas necessárias medidas de isolamento social e a redução das equipes de atendimento foram fatores que afetaram em algum grau os serviços de saúde, assistência social, segurança e acesso à justiça em todo o país.

Um terceiro ponto a ser destacado tem relação com a ação política de movimentos ultraconservadores que se intensificaram na última década e elegeram, dentre outros temas, a igualdade de gênero como um tema a ser combatido. O movimento Escola sem Partido, por exemplo, incluiu o assunto em sua abordagem em 2011, o que vem sendo feito através da intimidação a docentes e proposição de projetos de lei que atacam a inclusão de questões relativas à igualdade de gênero, raça e sexualidade nos conteúdos escolares (Ação Educativa, Cenpec, 2022).

É importante que se diga, portanto, os efeitos perniciosos de ações como estas. A violência que atinge meninas e mulheres tem como raiz os diferentes valores atribuídos culturalmente a mulheres e homens que determinam expectativas sobre seus comportamentos. É a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres, consolidada ao longo de centenas de anos, que delinea as assimetrias e produz relações violentas através de comportamentos que induzem as mulheres a submissão (Bianchini, Bazzo e Chakian, 2022). Quem nunca leu notícia de imprensa sobre um feminicídio em que familiares da vítima diziam que o agressor ameaçara a mulher “se não for mais minha, não será de ninguém”? A ideia de que a mulher é propriedade vitalícia de um homem e que, portanto, não tem o direito de se separar é, possivelmente, uma das expressões mais brutais da violência de gênero em nossa sociedade.



Este processo parece ter se intensificado na sociedade brasileira com a eleição do político de extrema-direita Jair Bolsonaro. Se a eleição de Bolsonaro é sintoma de uma sociedade em que grupos ultraconservadores encontraram espaço para florescer, foi em sua gestão que a violência política, a violência contra jornalistas (especialmente mulheres), e a radicalização de parte significativa da população se consolidaram. A antropóloga Adriana Dias con-

duziu um estudo, publicado ano passado pelo O Globo, que mostrou crescimento de 270,6% no número de grupos neonazistas no Brasil. Em comum, estes grupos promovem o ódio a feministas, negros, população LGBTQIA+ e judeus¹.

Pesquisa recente conduzida pela Monash University e pela ONU Mulheres buscou compreender como a expansão do extremismo violento² na Indonésia, Bangladesh e Filipinas reverbera na agenda de gênero. Como resultado, concluíram que atitudes machistas e o suporte a comportamentos violentos contra as mulheres constituem os fatores mais fortemente associados ao apoio à violência. Nos três países estudados, pessoas que apoiam a violência contra mulheres (e que possivelmente são autoras de violência) são três vezes mais suscetíveis a apoiar o extremismo violento, ou seja, apoiar que práticas violentas sejam empregadas para alcançar objetivos ideológicos, políticos ou religiosos.

Não parece surpresa, portanto, que os dados aqui apresentados revelem um cenário avassalador de agravamento da violência contra a mulher. Se os números servem para chocar, também podem funcionar como bússola para guiar a ação do Estado, das empresas e da sociedade civil em busca de soluções capazes de garantir a vida e a segurança de milhões de brasileiras.

1 Os dados do estudo foram passados com exclusividade para o jornal O GLOBO e estão disponibilizados em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-mais-de-530-celulas-concentradas-no-sul-sudeste-brasil-o-pais-onde-extremismo-de-direita-mais-avanca-25411410>. Acesso em: 27 fev. 2023.

2 Crenças e ações de pessoas que apoiam ou usam da violência para alcançar objetivos ideológicos, religiosos ou políticos (*Parliament of Australia, 2015 - Australian Government measures to counter violent extremism: a quick guide*).



Metodologia

Trata-se de pesquisa quantitativa elaborada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha, com abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais. As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário estruturado, elaborado pelo FBSP, com cerca de 20 minutos de duração.

A pesquisa teve um módulo específico de autopreenchimento, com questões sobre vitimização aplicadas somente às mulheres. As entrevistadas que aceitaram participar deste módulo responderam sozinhas as questões diretamente no tablet, após orientação do(a) pesquisador(a).

O universo da pesquisa é a população adulta brasileira de todas as classes sociais com 16 anos ou mais.

A abrangência é nacional, incluindo Regiões Metropolitanas e Cidades do Interior de diferentes portes, em todas as Regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas em 126 municípios de pequeno, médio e grande porte, no período de 09 a 13 de janeiro de 2023. A amostra total nacional foi de 2.017 entrevistas. A amostra total de mulheres foi de 1.042 entrevistas, sendo que destas 818 aceitaram responder o módulo de autopreenchimento. Ambas as amostras permitem a leitura dos resultados no total do Brasil, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste e Norte/ Centro-Oeste. A margem de erro para o total da amostra nacional é de 2,0 pontos para mais ou para menos. A margem de erro para o total da amostra de mulheres participantes do autopreenchimento é de 3,0 pontos para mais ou para menos. O perfil da população geral amostrada segue anexo.

Conceitos importantes

Violência provocada por parceiro íntimo: definida como qualquer comportamento no âmbito de uma relação íntima que cause danos físicos, sexuais, psicológicos e comportamentos controladores, durante ou após o término de uma relação (OMS, 2012).

Violência contra a mulher: constitui qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público, como no privado (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Inclui atos como tapas, socos, chutes e espancamentos (Política Nacional de enfrentamento à violência contra a Mulher, 2011).

Violência sexual: É a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Constituem

violência como relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual (Política Nacional de enfrentamento à violência contra a Mulher, 2011).

Violência psicológica: conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou ainda que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicu-

larização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Política Nacional de enfrentamento à violência contra a Mulher, 2011).

Prevalência: a prevalência é uma medida estática que representa a aferição do número de casos existentes em uma população em um dado período. Diferentemente da incidência, a prevalência só considera um evento de determinada doença ou evento por indivíduo (Gomes, 2015).

$$\text{Prevalência} = \frac{\text{Número de casos existentes em determinado período}}{\text{Número de pessoas na população no mesmo período}}$$



Percepção da violência

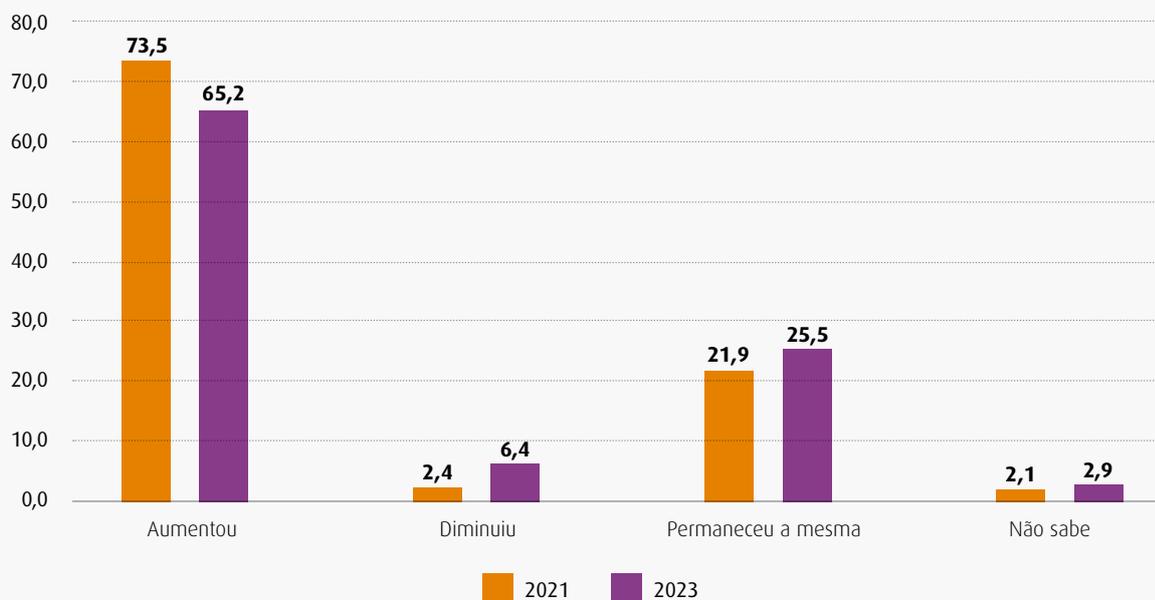
Nos últimos tempos têm viralizado na internet vídeos que mostram homens e mulheres intervindo em situações de violência provocada por parceiro íntimo. Em geral as imagens começam com cenas de homens agredindo verbalmente e/ou fisicamente suas companheiras e, na sequência, são interpelados por populares revoltados. A máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher” parece, felizmente, ter perdido força no Brasil, e cada vez mais a população tem mostrado sua intollerância com a violência doméstica.

Embora isso não se reflita necessariamente na queda dos elevados índices de violência doméstica e intrafamiliar, é um sinal importante de que muda-

mos – ou ao menos estamos mudando - como sociedade. A primeira bateria de questões da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização das mulheres no Brasil” trata da percepção da população brasileira em relação a violência contra a mulher, bem como de situações que eventualmente tenham testemunhado.

No que diz respeito à percepção, é de se destacar que, embora a sensação majoritária seja de que houve um crescimento da violência contra a mulher nos últimos 12 meses – o que foi confirmado por 65% da população -, este número representa uma queda de 8 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2021, quando 73% da população acre-

Gráfico 1: Avaliação da população em relação à violência contra as mulheres nos últimos 12 meses, série histórica (2021 e 2023).



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 3 e 4, 2021 e 2023. Amostra total, resposta estimulada e única, em %.

ditava no aumento da violência contra a mulher. Entre aqueles que afirmaram ter permanecido da mesma forma, cresceu de 22% para 26% e entre os que acreditam que a violência contra a mulher diminuiu houve crescimento de 4 pontos percentuais, passando de 2% para 6% na última pesquisa.

Quando comparamos as respostas de homens e mulheres para as duas baterias verificamos diferenças significativas. De modo geral, mulheres apresentaram maior percepção sobre crescimento da violência contra a mulher (70,6%) do que entre homens (59,4%).

Essa diferença na percepção da população na última pesquisa parece coerente com os relatos de testemunho sobre mulheres sofrendo violência, que permaneceu estável na comparação com a última pesquisa, mas que vem demonstrando redução desde a primeira pesquisa realizada em 2017. **Os resultados mais recentes indicam que 52% da população testemunhou alguma situação envolvendo meninas e mulheres sendo agredidas por parentes ou parceiro íntimo**, bem como homens brigando ou abordando mulheres de forma desrespeitosa. Em 2017, 66% da população afirmou o mesmo.

Tabela 1: Nos últimos 12 meses, você viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade? – Série histórica (2017 – 2023).

	2017	2019	2021	2023
VIU ALGUMA DESSAS SITUAÇÕES	66,0	59,0	51,1	52,0
Meninas, moças ou mulheres adultas que residem na sua vizinhança sendo agredidas por parentes como pai, padrasto, irmão, tio, cunhado, avô, etc	30,0	20,0	17,5	18,2
Mulheres que residem na sua vizinhança sendo agredidas por maridos, companheiros, namorados ou ex-maridos, ex-companheiros, ex-namorado	37,0	28,0	24,8	25,4
Mulheres que residem na sua vizinhança sendo ameaçadas por seus companheiros, maridos, namorados ou ex-companheiros, ex-maridos, ex-namorados	37,0	29,0	25,2	26,7
Homens brigando, se agredindo, se ameaçando ou discutindo por causa de ciúmes de uma namorada ou ex-namorada, companheira ou ex-companheira, mulher ou ex-mulher	44,0	34,0	28,4	30,9
Homens humilhando, xingando ou ameaçando namoradas ou ex-namoradas, mulheres ou ex-mulheres, companheiras ou ex-companheiras	46,0	37,0	32,9	33,9
Homens abordando mulheres na rua de forma desrespeitosa, mexendo, passando cantadas, dizendo ofensas	51,0	43,0	34,3	37,7
NÃO VIU NENHUMA DESSAS SITUAÇÕES	34,0	41,0	48,9	48,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 3, 2021. Apenas mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Não é possível afirmar que estes resultados indiquem uma redução da prevalência destas formas de violência, mas é de se considerar a hipótese de que autores de violência estão menos encorajados a se mostrarem agressivos publicamente. Isso explicaria tanto a redução progressiva de testemunhos sobre terem visto violência contra a mulher como a percepção de que esta estaria em queda.

Há de se destacar, no entanto, que a experiência com a violência parece alterar significativamente a percepção sobre ter testemunhado alguma situação do gênero. A comparação das respostas de mulheres que experimentaram alguma forma de violência nos últimos 12 meses com aquelas que não relataram nenhuma vitimização é contrastante. Enquanto 45% das mulheres que não vivenciaram nenhuma agressão no último ano

relatou ter testemunhado outra mulher sofrendo violência, dentre as que foram vitimizadas este dado foi praticamente o dobro, com 83% de res-

postas afirmativas. Mulheres vítimas de violência, ao que tudo parece indicar, têm uma percepção mais apurada sobre as manifestações da violência.

Gráfico 2: Presenciou alguma dessas situações – Respostas afirmativas, mulheres.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, Mulheres, edição 4, 2023.



Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida

De forma inédita, esta edição da pesquisa perguntou às entrevistadas do gênero feminino sobre terem vivenciado violência provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo ao longo da vida. As questões se basearam em *surveys* feitos em outros países do mundo, e tiveram como referência o relatório “*Violence Against Women Prevalence Estimates*” produzido pela Organização Mundial de Saúde e parceiros.

Em 2013, a Organização Mundial de Saúde publicou o primeiro relatório com estimativas globais e regionais da prevalência de violência física e/ou sexual provocadas por parceiro íntimo ou não, tendo sido produzida a partir de uma extensa e sistemática revisão de 141 *surveys* em 81 países conduzidos entre os anos de 1990 e 2012.

Anos depois, uma nova revisão foi conduzida, tendo como pano de fundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No diagnóstico mais recente, publicado em 2021, foram incluídos 366 estudos em 161 países realizados entre 2000 e 2018. **Os resultados globais indicam que 27% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos experimentaram violência física ou sexual provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo³**, sendo

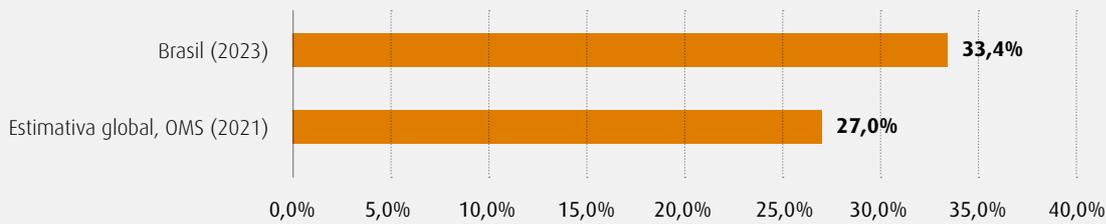
³ O relatório aqui apresentado e suas comparações baseiam-se nas definições da Organização Mundial da Saúde para violência por parceiro íntimo, definida como qualquer comportamento de um atual ou ex-parceiro íntimo no contexto do casamento, coabitação ou

que 13% tinham sofrido a violência nos últimos 12 meses. Os números indicam, portanto, que a violência contra meninas e mulheres é um problema global, expressão máxima das desigualdades de gênero e que exige esforços nacionais e internacionais para sua superação.

Os resultados encontrados na pesquisa aqui apresentada indicam prevalência superior no caso brasileiro, que tomou como universo a população feminina de 16 anos ou mais. Segundo a pesquisa conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, **33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais experimentou violência física ou sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida**. 24,5% afirmaram ter sofrido agressões físicas como tapa, batida e chute, e 21,1% foram forçadas a manter relações sexuais contra sua vontade. Se expandirmos os resultados para as mulheres que afirmaram ter sofrido violência psicológica, como humilhações, xingamentos e insultos de forma reiterada, o percentual de mulheres que sofreu alguma forma de violência por parceiro íntimo chega a 43%.

qualquer união formal ou informal que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos. Este comportamento inclui atos de agressão física, tal como tapas, socos, chutes e espancamentos; atos de agressão sexual, como relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual; violência psicológica, como humilhações e ofensas constantes; bem como outros comportamentos de controle, como isolar uma pessoa de sua família e/ou amigos ou restringir seu acesso a informações e serviços (World Health Organization, 2021).

Gráfico 3: Prevalência de violência física e/ou sexual por parte de parceiro íntimo ao longo da vida.

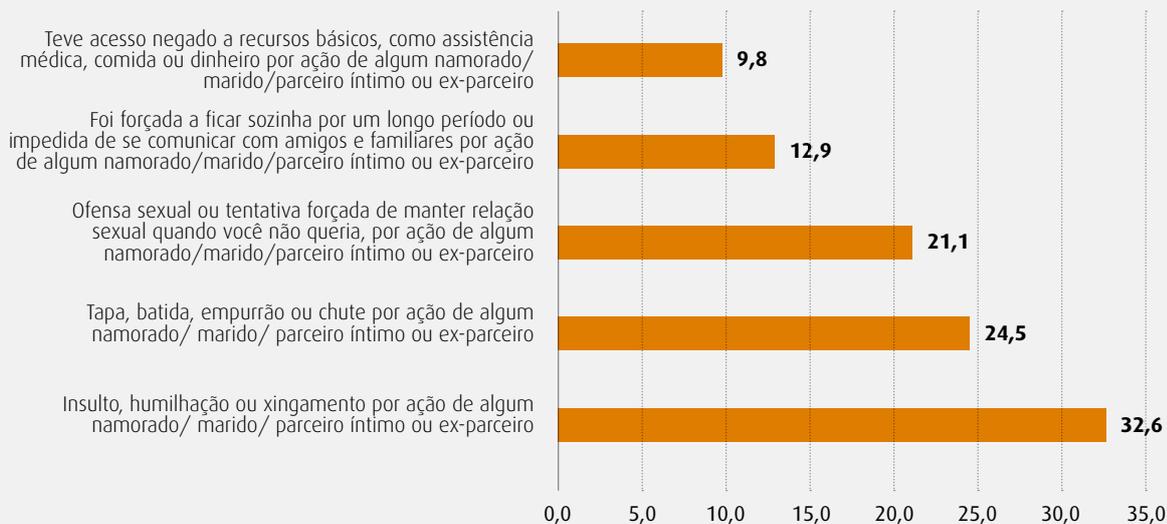


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Violence Against Women Prevalence Estimates, OMS, 2022.

A pesquisa também perguntou sobre outras formas de comportamento abusivo como o controle do comportamento e rotina da mulher, como impedi-la de se comunicar com familiares ou amigos, o que

foi assumido por 12,9% das mulheres. Além disso, 9,8% afirmaram ter tido acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de um parceiro ou ex-parceiro íntimo.

Gráfico 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Para fins de sistematização e comparação dos resultados, agregamos as respostas acima entre aquelas que afirmaram ter sofrido violência física (tapa, batida, empurrão ou chute) e/ou sexual (ofensa sexu-

al ou tentativa forçada de manter relações sexuais), o que permite a comparação com o survey global, e em outra bateria, as mulheres que responderam afirmativamente a qualquer uma das questões elen-

cadras, o que inclui violência psicológica e outros comportamentos abusivos. O resultado indica que **43% da população feminina afirma ter vivencia-**

do, ao longo da vida, ao menos uma das formas de violência apresentadas, em todas as situações tendo como autor um parceiro íntimo.

Gráfico 5: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida – física, sexual e psicológica.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Os resultados encontrados, quando projetados para o universo da população feminina pesquisado indicam que, em média, **27,6 milhões de**

mulheres sofreram alguma forma de violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida no Brasil.

Tabela 2: Vitimização ao longo da vida por parceiro ou ex-parceiro. Projeção populacional.

	Prevalência	ME	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA (física e/ou sexual e/ou psicológica)	43,0	3,4	39,6	46,4	25.495.740	27.680.524	29.865.308
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro?	32,6	3,2	29,4	35,9	18.954.214	21.023.663	23.093.112
Vítima de violência física e/ou sexual	33,4	3,2	30,2	36,6	19.427.783	21.509.245	23.590.707
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro?	24,5	2,9	21,6	27,5	13.899.490	15.798.409	17.697.329
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro?	21,1	2,8	18,3	23,9	11.803.391	13.604.887	15.406.383
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro?	9,8	2,0	7,7	11,8	4.988.322	6.299.356	7.610.390
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro?	12,9	2,3	10,6	15,2	6.856.171	8.337.788	9.819.404
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	56,2	3,4	52,8	59,6	33.995.003	36.184.660	38.374.317

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres. População de mulheres brasileiras (16 anos ou mais) - PNAD 2021 / Estimativa 2022.

A análise da prevalência por faixa etária indica que quase metade das mulheres entre 25 e 34 anos experimentaram alguma forma de violência por parte de parceiro íntimo ao longo da vida (48,9%). Este grupo também apresentou a maior prevalência de vitimização por violência sexual dentre todas as faixas etárias (24,8%). Ou seja, **1 em cada 4 mulheres entre 25 e 34 anos afirmaram ter sofrido alguma forma de ofensa sexual e/ou tentativa forçada de manter relação sexual com o parceiro íntimo.**

Mulheres entre 35 e 44 anos e entre 45 e 59 anos também mostraram índices elevados de violência por parte de parceiro íntimo ao longo da vida, com, respectivamente, 43,6% e 44,2%.

O grupo etário com maior prevalência de agressão física foi o de mulheres de 45 a 59 anos. Dentre as mulheres desta faixa etária, 28,7% afirmaram ter sido vítimas de tapa, chute ou empurrão por parte de um parceiro íntimo. Entre elas também se verificam os maiores níveis de outras formas de abuso, sendo que 18,4% afirmaram ter ficado um longo período impedidas de se comunicar com amigos e familiares por ação do parceiro ou ex-parceiro íntimo e 12,6% tiveram acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro. Percentual similar foi encontrado entre mulheres com 60 anos ou mais, sendo que 12,9% das mulheres deste grupo etário relataram ter acesso a recursos básicos negados.

Tabela 3: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por faixa etária.

	IDADE				
	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA (Resposta afirmativa em um ou mais itens)	38,5	48,9	43,6	44,2	37,5
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	27,1	37,9	33,1	35,7	27,2
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,5	28,3	24,9	28,7	20,5
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	20,0	24,8	16,6	22,6	21,5
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	10,3	12,7	14,1	18,4	7,7
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	4,2	9,7	10,1	12,6	12,9
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	61,5	49,1	56,4	54,7	61,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Em relação a escolaridade, são as mulheres apenas com ensino fundamental as mais vulneráveis. Praticamente metade das mulheres deste grupo populacional (49%) foram vítimas de violência por

parte de parceiro íntimo ao longo da vida. Embora a prevalência entre mulheres com ensino médio (39,7%) e superior (43%) também seja elevada, chama a atenção que entre as mulheres com baixa

escolaridade a frequência de situações como “impedida de se comunicar com amigos e familiares por um longo período de tempo” (18,7%) ou

“acesso a recursos básicos negados, como assistência médica, comida ou dinheiro” (19,4%) seja o dobro do que entre os demais grupos.

Tabela 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade.

	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA	49,0	39,7	43,0
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	35,6	31,1	32,6
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	32,4	22,6	20,3
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	23,4	18,8	23,2
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,7	11,1	10,8
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	19,4	7,4	4,8
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	50,4	59,4	56,0
RECUSA	0,5	0,9	1,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Em relação ao perfil étnico racial, mulheres negras (45%) apresentam prevalência superior de vitimização do que as mulheres brancas (36,9%), mas a comparação entre mulheres pretas (48%) e pardas (43,8%) indica que as pretas são as mais

vulneráveis. Chama a atenção que a vitimização por violência sexual seja similar entre todos os grupos, mas quando a questão trata de violência física, entre negras a prevalência é 8 pontos superior à encontrada entre mulheres brancas.

Tabela 5: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por raça/cor.

	Raça/cor			
	Branca	Negra (Preta+Parda)	Preta	Parda
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA	36,9	45,0	48,0	43,8
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	27,5	35,1	36,7	34,5
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,6	27,1	25,9	27,5
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	21,9	20,1	22,1	19,4
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	11,2	12,6	11,7	12,9
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	7,1	10,7	10,9	10,6
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	62,3	54,3	52,0	55,2
RECUSA	0,8	0,7		1,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Por fim, a pesquisa perguntou às entrevistadas se tinham filhos, concluindo que mulheres com filhos apresentaram prevalência de violência por parceiro íntimo ligeiramente superior às que não tem filhos. Destaque, neste caso, para o contraste das respostas de mulheres com ou sem filhos

quanto a terem acesso negado a recursos básicos. Entre mulheres com filhos, 13,2% relataram ter vivenciado essa forma de violência por parte do parceiro íntimo, ao passo que entre as mulheres que não têm filhos a prevalência foi muito menor, de 3,4%.

Tabela 6: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, existência ou não de filhos.

	Filhos	
	Tem filhos	Não tem filhos
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA	44,4	40,4
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	34,3	29,6
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	27,8	18,5
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	20,8	21,7
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	14,3	10,5
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	13,2	3,4
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	54,7	59,0
RECUSA	0,9	0,6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Violência nos últimos 12 meses

Na quarta edição da pesquisa indagamos novamente às mulheres com 16 anos ou mais sobre diferentes formas de violência que elas possam ter vivenciado nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa. Na edição de 2023 o campo da pesquisa foi realizado no início de janeiro e, portanto, os resultados se referem a eventos ocorridos ao longo do ano de 2022.

No que diz respeito a terem sido vítimas de violência nos últimos 12 meses, **28,9% das mulheres relatam ter sido vítima de algum tipo de violência ou agressão, a maior prevalência já verificada na série histórica.** Em relação à última pesquisa realizada o crescimento foi de 4,5 pontos percentuais, o que revela um agravamento das violências sofridas por mulheres no Brasil.

Tabela 7: Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica (2017 - 2023).

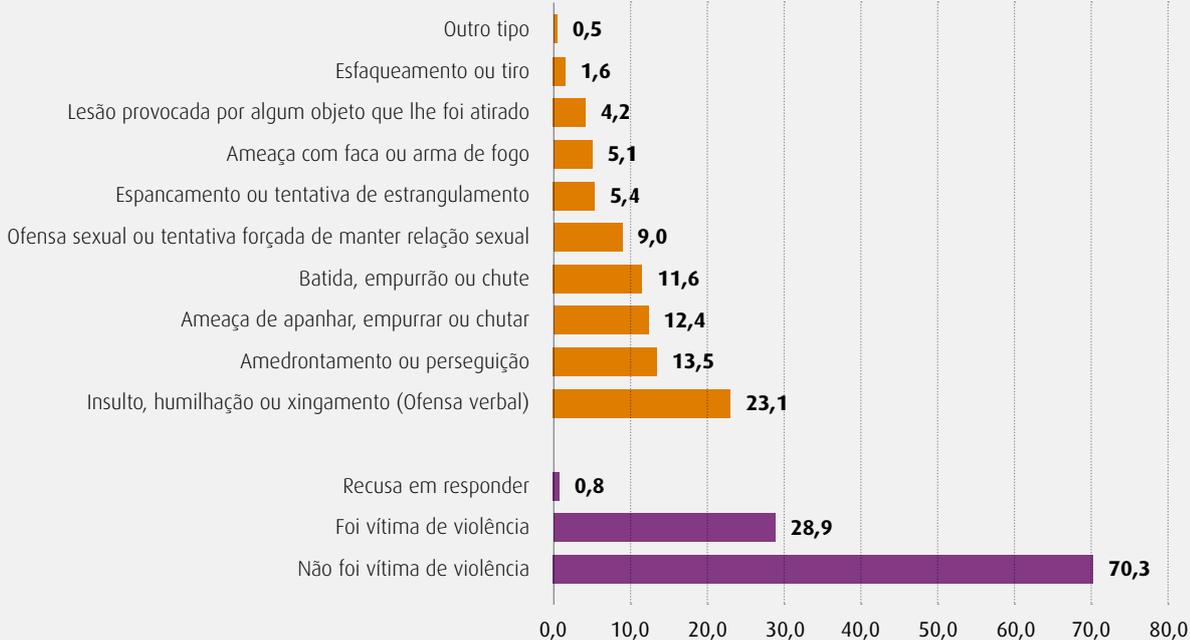
	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	28,6	27,4	24,4	28,9
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2	21,8	18,6	23,1
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0	9,5	8,5	12,4
Amedrontamento ou perseguição	9,3	9,1	7,9	13,5
Batida, empurrão ou chute	8,9	9,0	6,3	11,6
Ofensa sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agredem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	8,1	8,9	5,4	9,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3	3,9	3,1	5,1
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0	3,9	2,6	4,2
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4	3,6	2,4	5,4
Tiro ou esfaqueamento	1,9	1,7	1,5	1,6
Outras respostas	0,1	0,7	1,5	0,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

Dentre as formas de violência citadas, a mais frequente foram as ofensas verbais, com 23,1% de prevalência. Na sequência temos perseguição, com 13,5% de frequência; ameaças, com 12,4%; agressão física como chutes, socos e empurrões, com 11,6%, ofen-

sas sexuais, com 9%; espancamento ou tentativa de estrangulamento, com 5,4%; ameaça com faca ou arma de fogo, com 5,1%; lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado, com 4,2%; e esfaqueamento ou tiro, com prevalência de 1,6%.

Gráfico 6: Mulheres vítimas de violência nos últimos 12 meses.

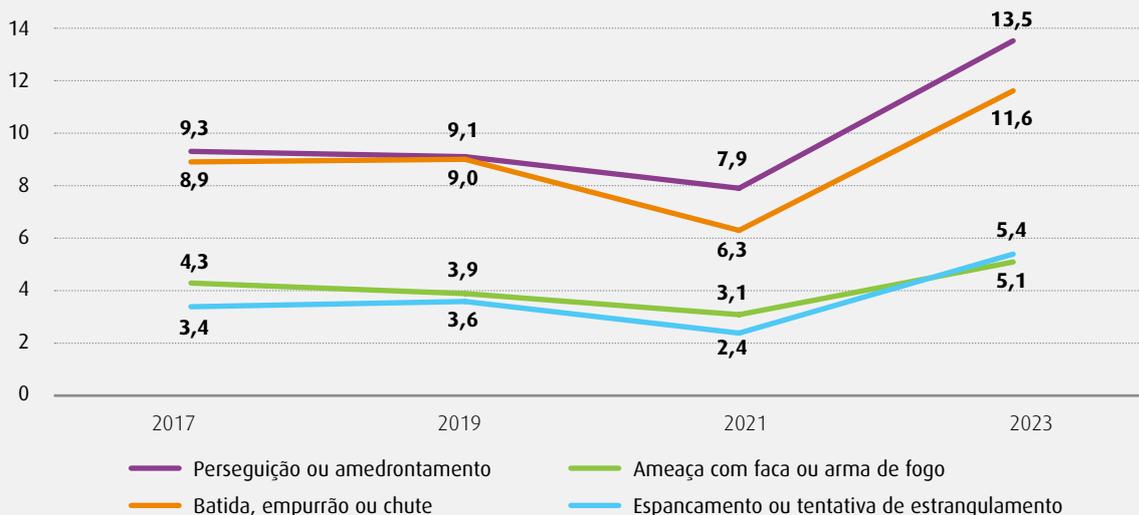


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Cabe destacar, na comparação com as pesquisas anteriores, que **estamos diante de um crescimento acentuado de formas de violência grave**, que podem incorrer em morte da mulher,

como é o caso do crescimento de episódios de perseguição, agressões como tapas, socos e chutes, ameaça com faca ou arma de fogo e espancamentos.

Gráfico 7: Evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017-2023.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

A promotora de justiça Valéria Scarance Fernandes afirma, em seu mais recente livro, que a perseguição de mulheres por razões de gênero é um dos mais importantes indicadores de risco de morte, especialmente porque essa perseguição geralmente ocorre em razão do final de uma relação afetiva ou em função da recusa da vítima em manter um relacionamento com o agressor (Fernandes, 2022). Ainda segundo a autora, o Manual de Avaliação e Gestão de Risco em Rede da Associação de Mulheres contra a Violência, em Portugal, destaca o comportamento de perseguição como fator de risco que chega a aumentar em 5 vezes o risco de morte da mulher.

Ameaças com arma de fogo, por sua vez, também são um fator de risco associado ao feminicídio, tanto que o agressor ameaçar a mulher e seus fami-

liares com arma de fogo, ou a simples ameaça de fazer uso desse instrumento é um dos indicadores para estimar a gravidade do risco de uma mulher ser vítima de feminicídio no Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

A tabela abaixo apresenta a projeção populacional com as estimativas de mulheres vítimas de violência nos últimos 12 meses. Estimamos que, em média, 18,6 milhões de mulheres de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de violência ao longo de 2022. Ofensas verbais, o tipo de violência mais frequentemente relatado, vitimou 14,9 milhões de mulheres. Agressões físicas como socos, tapas e chutes atingiram 8 milhões de mulheres e ofensas sexuais 5,8 milhões. 3,4 milhões de mulheres relataram ter sofrido espancamento ou tentativa de estrangulamento.

Tabela 8: Mulheres vítimas de violência no último ano. Projeção populacional.

	Prevalência	ME	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	28,9	3,1	25,8	32,0	16.600.782	18.600.968	20.601.153
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	23,1	2,9	20,3	26,0	13.042.712	14.903.990	16.765.267
Amedrontamento ou perseguição	13,5	2,3	11,2	15,9	7.201.035	8.710.351	10.219.668
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	12,4	2,3	10,2	14,7	6.549.965	8.006.101	9.462.237
Batida, empurrão ou chute	11,6	2,2	9,4	13,8	6.047.647	7.460.036	8.872.425
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	9,0	2,0	7,1	11,0	4.551.531	5.816.546	7.081.561
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	5,4	1,5	3,8	6,9	2.460.008	3.454.335	4.448.663
Ameaça com faca ou arma de fogo	5,1	1,5	3,6	6,6	2.332.344	3.306.315	4.280.285
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,2	1,4	2,8	5,5	1.796.034	2.676.914	3.557.794
Esfaqueamento ou tiro	1,6	0,9	0,7	2,4	465.900	1.015.777	1.565.654
NÃO SOFREU NENHUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	70,3	3,1	67,2	73,5	43.286.001	45.301.683	47.317.365

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres. População de mulheres brasileiras (16 anos ou mais) - PNAD 2021 / Estimativa 2022.

Violência doméstica e arma de fogo

Armas de fogo e violência doméstica são uma combinação que, quando não letal, gera lesões graves e incapacitantes para o resto da vida. No Brasil, a arma de fogo é o principal instrumento utilizado para o cometimento de homicídios e é reconhecido como um fator de risco para o feminicídio. A Lei Maria da Penha prevê a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor quando constatada a prática de violência doméstica.

Diferentes pesquisas já foram produzidas demonstrando a associação entre arma de fogo e homicídios. Nos EUA, um estudo conduzido por Campbell et al em 11 cidades procurou identificar os fatores de risco associados aos feminicídios e concluiu que existe aumento substancial na letalidade de mulheres quando o agressor possui acesso a armas de fogo, e que a ameaça com arma de fogo amplia a chance dessa mulher ser vítima de feminicídio (Campbell et al, 2003).

As evidências indicam ainda que a existência de arma de fogo em residência na qual a violência doméstica está presente amplia substancialmente as chances de que outras pessoas sejam vítimas, e não apenas a mulher. O estudo de Kivisto e Porter (2020) demonstrou que o uso de arma de fogo aumenta o risco de múltiplas vítimas de homicídio em ambientes domésticos, ampliando

o risco da mulher, dos filhos e familiares. O uso de armas de fogo foi associado ao aumento de 70,9% na incidência de vitimização doméstica adicional. Outros estudos sugerem ainda que a arma de fogo está fortemente associada ao suicídio do agressor após o cometimento do feminicídio (Zeoli, 2018).

A pesquisa realizada este ano indicou crescimento das ameaças perpetradas com faca ou arma de fogo na comparação com a pesquisa realizada em 2021. Embora não seja possível desagregar o instrumento nas respostas do survey, não há por que imaginar que tenha havido um crescimento substancial de facas e outras armas brancas circulando na sociedade brasileira, mas sabemos que nos últimos anos o país teve recorde de registros de armas de fogo ativos tanto nas bases do SIGMA, gerida pelo Exército Brasileiro, como na do Sinarm, de gestão da Polícia Federal. O crescimento de armas em circulação pode estar associado ao aumento substancial das ameaças com uso de armas de fogo. A prevalência, que era de 3,1% em 2021, chegou a 5,1% na pesquisa mais recente. Projetando estes dados para a população feminina estimamos que há dois anos, 2.199.388 mulheres haviam sido ameaçadas com facas e armas de fogo, e na pesquisa mais recente o número de mulheres ameaçadas chegou a 3.303.315.

Em relação ao perfil da mulher que sofreu violência no último ano a prevalência cai conforme avança a idade. Na faixa etária de 16 a 24 anos, 43,9% das mulheres relatam ter sido vítimas de violência, enquanto entre as mulheres de 60 anos

ou mais, 17,4% vivenciaram o mesmo. Mulheres de 45 a 59 anos experimentaram os maiores níveis de violências como espancamento (8,2%), ameaça com faca ou arma de fogo (8,7%) e esfaqueamento ou tiro (4,5%).

Tabela 9: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por faixa etária.

	Faixa etária				
	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	43,9	29,0	28,2	23,5	17,4
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	32,4	25,2	23,1	20,5	11,8
Amedrontamento ou perseguição	20,1	10,2	15,6	14,0	6,3
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	15,4	10,7	12,4	13,3	9,9
Batida, empurrão ou chute	13,9	12,4	10,1	13,4	6,8
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	13,3	7,1	9,7	10,0	4,1
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	5,5	5,0	5,2	8,2	2,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,8	4,6	4,0	8,7	3,1
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	2,8	4,5	5,1	5,8	1,9
Esfaqueamento ou tiro	0,7		2,4	4,5	
Outro tipo	1,0		0,4	1,2	
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	55,4	70,1	70,6	75,7	82,6
RECUSA	0,6	1,0	1,2	0,8	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

A escolaridade revela maior prevalência de violência entre mulheres com ensino médio, que é puxado especialmente por ofensas verbais e sexuais. Mulheres com baixa escolaridade concentram

maiores taxas de agressão física como empurrões e chutes (14,6%), espancamento ou tentativa de estrangulamento (7,7%), ameaça com faca ou arma de fogo (8,3%) e esfaqueamento ou tiro (2,5%).

Tabela 10: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por escolaridade.

	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	26,5	30,4	28,6
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	19,1	24,9	23,9
Amedrontamento ou perseguição	13,5	13,2	14,2
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	14,0	12,9	10,1
Batida, empurrão ou chute	14,6	11,8	8,2
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	9,4	10,1	6,8
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	7,7	4,8	4,2
Ameaça com faca ou arma de fogo	8,3	4,9	2,5
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	5,3	4,5	2,4
Esfaqueamento ou tiro	2,5	1,7	0,4
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	72,9	68,9	70,5
RECUSA	0,7	0,7	1,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

Em relação a renda, os dados revelam que a medida em que aumenta a renda familiar mensal, diminui a prevalência de violência, embora mesmo entre as mulheres com mais de 10 salários-mínimos de renda os níveis sejam elevados. 31,2% das mulheres cuja renda familiar mensal é de até 2 salários-mínimos sofreram violência no último

ano, 28,4% entre as que ganham entre 2 e 5 salários, 27,4% entre as que têm rendimento entre 5 e 10 salários, e 22,6% entre as que têm mais de 10 salários. Destaca-se que agressões físicas (13,8%) e espancamentos (7,7%) são muito mais frequentes entre mulheres com renda de até 2 salários-mínimos.

Tabela 11: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por renda familiar mensal.

	Renda familiar mensal			
	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M	Mais de 5 a 10 S.M	Mais de 10 S.M
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	31,2	28,4	27,4	22,6
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	26,0	22,5	20,9	22,6
Amedrontamento ou perseguição	13,2	14,2	15,3	16,2
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	15,5	11,1	7,5	6,8
Batida, empurrão ou chute	13,8	10,8	5,2	3,1
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	10,3	9,1	5,1	3,1
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	7,7	3,8	1,3	3,1
Ameaça com faca ou arma de fogo	6,7	4,8		
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	5,6	3,6	1,0	3,1
Esfaqueamento ou tiro	2,1	1,4		
Outro tipo	0,3	0,8	1,1	
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	68,8	69,7	71,7	77,4
RECUSA		1,9	1,0	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

O perfil étnico racial indica maior prevalência de violência entre mulheres negras (29,9%) do que entre brancas (26,3%), o que corrobora as evidências já publicadas pelo FBSP em várias edições dos Anuários e Atlas da Violência com base em registros administrativos da segurança pública e

da saúde. **Mulheres negras apresentaram níveis de vitimização muito mais elevados do que de mulheres brancas nos casos de violência física severa**, como espancamento (negras com 6,3% e brancas com 3,6%) e ameaça com faca ou arma de fogo (negras com 6,2% e brancas com 3,8%).

Tabela 12: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por raça/cor.

	Raça/cor				
	Branca	Negra (Preta+Parda)	Preta	Parda	Outras
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	26,3	29,9	30,0	29,8	22,1
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	21,7	23,7	26,0	22,8	12,8
Amedrontamento ou perseguição	12,8	13,9	15,0	13,5	13,0
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	11,4	13,0	10,8	13,8	9,8
Batida, empurrão ou chute	8,2	13,1	12,4	13,3	4,6
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	9,2	8,4	9,0	8,2	9,6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,6	6,3	4,2	7,1	
Ameaça com faca ou arma de fogo	3,8	6,2	4,9	6,7	4,8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	2,9	4,6	2,1	5,6	3,1
Esfaqueamento ou tiro	0,8	2,0	1,3	2,2	
Outro tipo	0,6	0,5	0,6	0,5	
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	72,3	69,6	69,2	69,7	77,9
RECUSA	1,4	0,5	0,8	0,4	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

A existência de filhos, diferente da vitimização ao longo da vida, mostra níveis mais elevados de violência no último ano entre mulheres que não tem filhos (35,3%) do que entre as que têm filhos (25,5%). Vale destacar, no entanto, que a questão sobre ter sofrido alguma forma de violência ao longo da vida era especificamente relacionada a ação de parceiro íntimo, ao

passo que a questão sobre os últimos 12 meses não restringe o autor. Assim, quando olhamos para as mulheres que não têm filhos elas apresentam níveis mais elevados de ofensas verbais, perseguição e ofensas sexuais, mas quando falamos de socos e tapas, espancamento ou esfaqueamento ou tiro, a prevalência entre as que têm filhos é muito mais elevada.

Tabela 13: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por existência de filhos.

	Filhos	
	Tem filhos	Não tem filhos
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	25,5	35,3
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	20,5	28,1
Amedrontamento ou perseguição	11,8	16,7
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	12,6	12,2
Batida, empurrão ou chute	13,1	8,7
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	7,1	12,6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	6,2	3,9
Ameaça com faca ou arma de fogo	6,0	3,5
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	5,2	2,2
Esfaqueamento ou tiro	2,2	0,3
Outro tipo	0,5	0,6
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	73,6	64,3
RECUSA	1,0	0,4

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e única, em %.

Por fim, a análise do estado conjugal das mulheres indica situação de maior vulnerabilidade à violência entre mulheres separadas e divor-

ciadas (41,3%) do que em comparação com as casadas (17%), solteiras (37,3%) e viúvas (24,6%).

Tabela 14: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por situação conjugal.

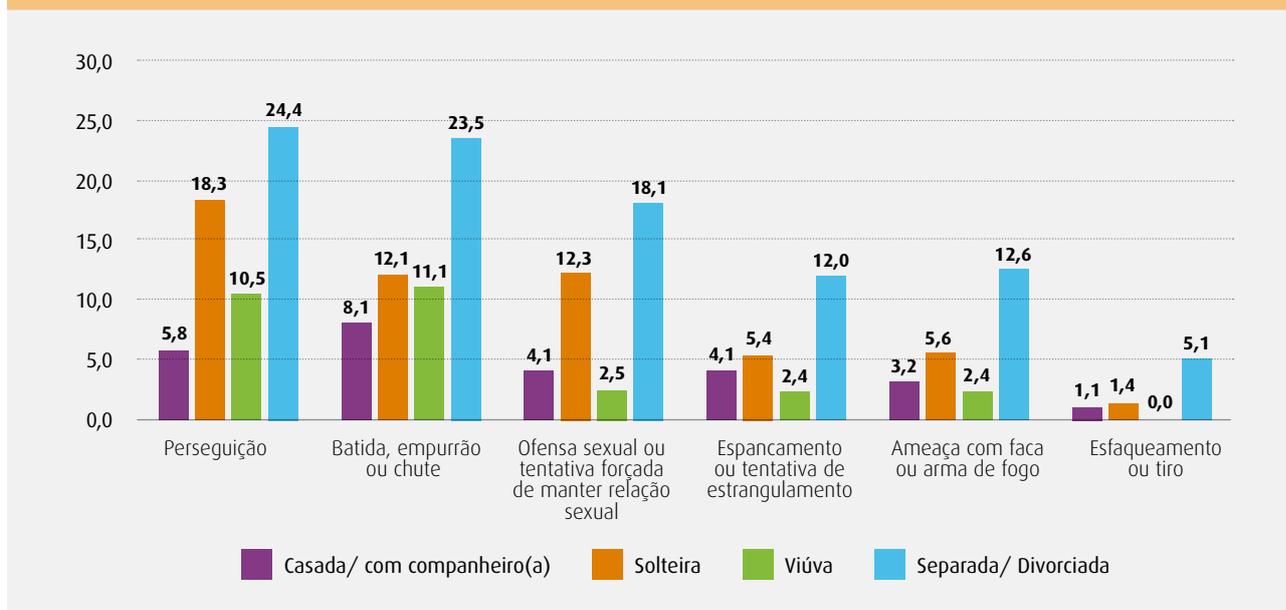
	Casado(a)/ com companheiro(a)	Solteiro(a)	Viúvo	Separado/ Divorciado
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	17,0	37,3	24,6	41,3
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	14,9	28,1	17,9	36,8
Amedrontamento ou perseguição	5,8	18,3	10,5	24,4
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	7,0	12,9	13,3	31,6
Batida, empurrão ou chute	8,1	12,1	11,1	23,5
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	4,1	12,3	2,5	18,1
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	4,1	5,4	2,4	12,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	3,2	5,6	2,4	12,6
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	2,1	4,5	3,6	10,8
Esfaqueamento ou tiro	1,1	1,4		5,1
Outro tipo	0,2	0,8		1,1
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	82,2	62,1	72,6	58,7

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

O gráfico abaixo sistematiza algumas formas graves de violência física ou ameaça à integridade física das mulheres que relataram ter sofrido violência ao longo de 2022, tornando bem visível a extrema vulnerabilidade a que estão

submetidas as mulheres divorciadas. Diferentes estudos já demonstraram que o término do relacionamento e a tentativa de separação são fatores de risco para o feminicídio íntimo, tema que será abordado na próxima seção.

Gráfico 8: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por situação conjugal.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Pela primeira vez perguntamos às entrevistadas a frequência dos episódios de violência. Em média, **as mulheres vítimas de violência ou agressão nos últimos 12 meses sofreram quatro episódios de violência no período. Entre mulheres divorciadas a média foi de 9 agressões em um ano.**

Tabela 15: Média de agressões sofridas no último ano.

		Média de agressões sofridas
	Total	4
Faixa etária	16 a 24 anos	3
	25 a 34 anos	2
	35 a 44 anos	6
	45 a 59 anos	6
	60 anos ou mais	2
Escolaridade	Fundamental	5
	Médio	4
	Superior	3
Renda familiar	Até 2 S.M.	5
	Mais de 2 a 5 S.M	3
	Mais de 5 a 10 S.M	2
	Mais de 10 S.M	3
Raça/cor	Branca	3
	Negra	3
Estado conjugal	Casada/ com companheiro(a)	3
	Solteira	3
	Viúva	3
	Separada/ Divorciada	9

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

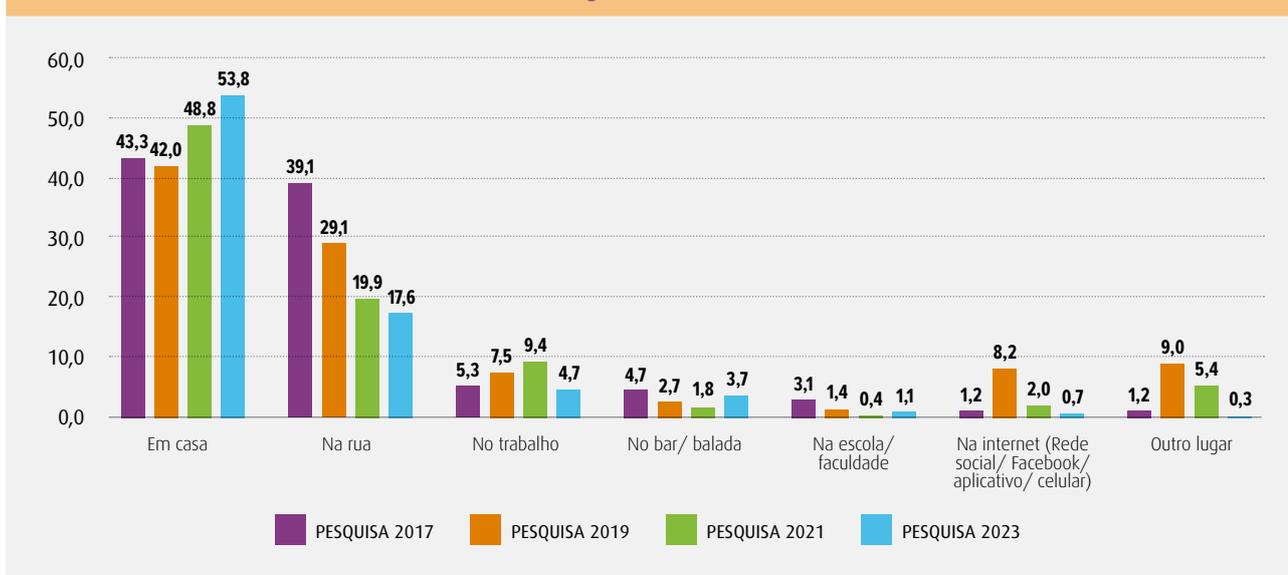
Local e autor da violência: riscos para mulheres separadas e PEA

Em relação ao local onde a violência aconteceu, 53,8% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o episódio mais grave dos últimos 12 meses ocorreu em casa. Este percentual apresentou um aumento de mais de 10 pontos percentuais em relação à primeira edição da pesquisa, realizada em 2017, quando 43,3% das mulheres responderam terem sido vítimas de violência em suas residências. Na edição de 2021, cujo período analisado incluiu o auge do isolamento social durante a pandemia de Covid-19, 48,8% da violência sofrida aconteceu em casa. Ou seja, mesmo com o relaxamento da pandemia, **o espaço menos seguro para as mulheres continua sendo dentro de casa**. A residência é o principal palco não so-

mente das violências analisadas pela pesquisa, mas também do mais grave tipo de violência, a letal: conforme mostrou o [16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), em 2021, 65,6% dos feminicídios ocorreram nas residências (FBSP, 2022b).

O percentual de casos em que a violência mais grave ocorreu na rua foi de 17,6%. Em 2017, a proporção foi de 39,1% dos episódios. Chama atenção também o percentual de mulheres que sofreram a violência mais grave no trabalho (4,7%) e no bar ou balada (3,7%). No entanto, mesmo se somados todos os espaços públicos apontados pelas entrevistadas, a residência permanece como o principal local onde ocorre a violência, como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 9: Local onde ocorreu a violência mais grave. Série histórica, 2017-2023.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres.

A prevalência da vitimização na residência varia conforme o perfil da mulher. Por exemplo, entre as mulheres de mais de 60 anos de idade, a casa aparece como local da violência mais grave em 63,6% dos casos. Ao mesmo tempo, esta proporção é de 49,4% entre as mulheres entre 16 e 24 anos. Entre as mulheres com ensino superior, a violência mais grave aconteceu em casa em 43,5% dos casos, enquanto para as com ensino fundamental ocorreu em 69%. A prevalência dos casos na residência também é maior entre as mulheres negras (56,6%) do que entre as brancas (45%). Assim, **ainda que a residência seja o local de maior vulnerabilidade das mulheres à violência, algumas mulheres estão mais sujeitas a serem vitimadas em suas próprias casas do que outras.**

Ao mesmo tempo que a residência é o principal local das agressões, na maior parte dos casos (73,7%) o autor da violência é conhecido da vítima. **Os principais autores da violência são os compa-**

neiros e ex-companheiros, que, somados, são responsáveis por 58,1% dos casos. Os autores desconhecidos correspondem a 24,5% dos casos.

Tabela 16: Autor da violência mais grave sofrida.

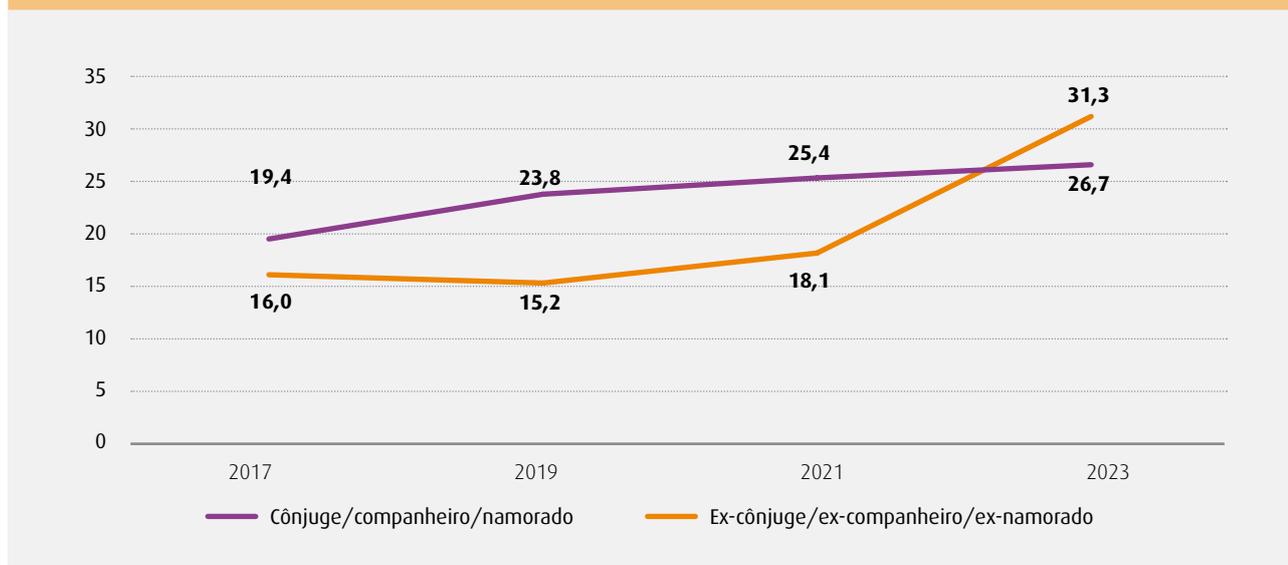
	Total
CONHECIDOS	73,7
Ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado	31,3
Cônjuge/companheiro/namorado	26,7
Pai/mãe	8,4
Amigo/amiga	5,9
Irmão/irmã	2,6
Vizinho	2,3
Padastro/madrasta	2,1
Patrão/chefe	1,5
Cliente/ amigo de trabalho	1,2
Filho/filha	1,2
Genro/ Nora	0,5
Primo (a)	0,4
Tio (a)	0,4
Outras pessoas conhecidas	0,5
DESCONHECIDOS	24,5
Ladrão/assaltante	5,2
Desconhecido/ um estranho	4,3
Policial	1,2
Não sabe	15,1
OUTRAS RESPOSTAS	0,3
RECUSA	5,8

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

31,3% das mulheres afirmaram que o autor da violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses foram seus ex-cônjuges/ex-companheiros/ex-namorados. Este percentual foi superior aos cônjuges/companheiros/namorados, apontados como autores em 26,7% dos casos. Vale destacar ainda que ao longo das pesquisas, companheiros e ex-

-companheiros foram se tornando os principais autores de violência. Namorados, cônjuges e companheiros eram apontados por 19,4% das mulheres como autores de violência na pesquisa de 2017, percentual que chegou a 26,7% nesta edição. Já os ex, que eram citados como autores para 16% das mulheres em 2017, chegaram a 31,3% em 2023.

Gráfico 10: Principais autores de violência. Série histórica, 2017-2023.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres.

Conforme apresentado na seção anterior, enquanto a quantidade média de agressões sofridas no último ano para o total de mulheres que foram vítimas de violência foi de 4 vezes, entre as mulheres separadas/divorciadas a média chegou a 9 agressões. Evidências nacionais e internacionais apontam para um maior risco de violência após ou por uma tentativa de término do relacionamento. Em estudo conduzido em 11 cidades dos Estados Unidos, Campbell et al., 2003 mostraram que o término do relacionamento e a tentativa de separação são fatores de risco para o feminicídio íntimo. No Brasil, o relatório [Raio-X do Feminicídio em São Paulo](#), produzido pelo Ministério Público do Estado, que analisou 364 denúncias oferecidas pelo MP em casos de feminicídio entre 2016 e 2017, identificou que em 45% dos casos a motivação para o crime era a separação recente do casal ou pedido de rompimento. Este foi o principal motivo dos feminicídios incluídos no estudo.

Ao mesmo tempo que sofrer violência pode gerar o desejo, por parte da mulher, de terminar a re-

lação, a violência pode surgir ou ser intensificada após o rompimento pelo ex-companheiro, que não aceita a separação. Diversos casos de feminicídio noticiados diariamente ilustram a situação, onde o ex-parceiro, na tentativa de voltar a exercer seu papel de dominação sobre a mulher, busca reatar o relacionamento ou puni-la pela decisão de encerrá-lo através do uso da violência, muitas vezes letal. Como indica Saffioti (2001), “no exercício da função social patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. [...] A execução do projeto de dominação-exploração da categoria social *homens* exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (p. 115).

Assim, é importante ressaltar que **o fim do relacionamento não significa, necessariamente, o fim da violência doméstica**. Muitas vezes, pelo contrário, o efeito pode ser o inverso. Portanto, quando se fala em enfrentamento à violência do-

méstica, é preciso levar em conta a complexidade do fenômeno: não basta apontar apenas o término do relacionamento como solução para o problema, mas é necessário oferecer às mulheres as condições para que o façam de forma segura, sem que aumente seu risco de sofrer violência.

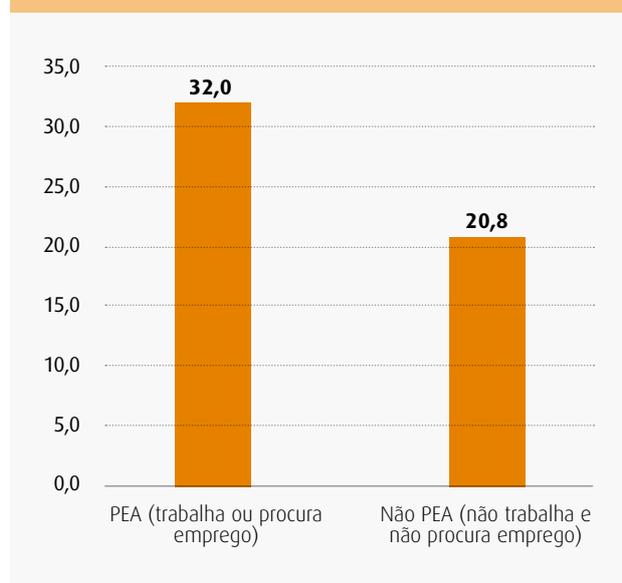
Uma questão que tangencia a separação é a participação feminina no mercado de trabalho. O empoderamento econômico é frequentemente apontado como possível solução para interromper a violência doméstica. Segundo esta lógica, a mulher pode ter a oportunidade de encerrar o relacionamento ao conquistar sua independência financeira, cessando, conseqüentemente, a violência. No entanto, como pontuamos, conseguir se separar do agressor não necessariamente encerra a violência contra a mulher. Além disso, outra informação relevante levantada neste estudo é que há uma maior prevalência de violência no último ano entre as mulheres que fazem parte da População Economicamen-

te Ativa (PEA)⁴: enquanto 32% das mulheres que trabalham ou estão procurando emprego sofreram algum tipo de violência nos 12 meses anteriores à pesquisa, este percentual foi de 20,8% entre as mulheres que não são economicamente ativas.

Apesar de existirem evidências empíricas mistas, este resultado é compatível com alguns achados de pesquisas nacionais e internacionais. Estudo conduzido por Cerqueira, Moura e Pasinato (2019) a partir dos dados da PNAD 2009 para todo o Brasil identificou que mulheres separadas que participavam do mercado de trabalho tinham maior probabilidade de sofrer violência doméstica. Há duas interpretações possíveis. Primeiro, que a independência financeira permitiria a separação que, conseqüentemente, culmina em agressão por parte do parceiro que não a aceita; e, ainda, que a participação da mulher no mercado de trabalho, ao aumentar os conflitos entre o casal – na medida em que os papéis de gênero tradicionais são possivelmente colocados em xeque –, intensifica a violência, resultando na separação (Cerqueira, Moura e Pasinato, 2019).

Ao mesmo tempo, pesquisas produzidas na Índia e na Colômbia mostraram que mulheres que sofrem violência doméstica tendem a participar mais do mercado de trabalho (Bhattacharya, 2015; Fajardo-Gonzalez, 2021). Isso pode estar relacionado tanto a uma vontade de deixar o relacionamento, como à tentativa de obter maior poder de barganha na família e, assim, cessar a violência doméstica.

Gráfico 11: Vítima de violência ou agressão nos últimos 12 meses, PEA e não PEA.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

4 A População Economicamente Ativa (PEA) é composta por dois grupos: ocupados e desocupados. Os ocupados são aqueles que exercem atividade remunerada, formal ou informal. Os desocupados são aqueles que, embora não exerçam atividade remunerada, procuraram emprego no período de referência. Assim, a PEA consiste no grupo de pessoas que trabalhava ou procurava emprego no momento da pesquisa. Não fazem parte da PEA donas de casa, aposentados, estudantes e desempregados que não procuraram emprego no último mês.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é essencial e deve ser pauta de políticas promovidas pelas diversas esferas de governo. De acordo com o IBGE, há uma disparidade na participação de homens e mulheres na força de trabalho brasileira, sendo que a taxa de participação masculina era de 73,7% em 2019, enquanto a feminina não passava de 54,5% (IBGE, 2021). Assim, **embora seja de extrema importância oferecer às mulheres a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, esta não pode ser vista como (única) forma de enfrentar a violência doméstica.** Como vimos, há evidências que, inclusive, mostram que estar empregada pode aumentar o risco de sofrer violência do parceiro íntimo.

É preciso pensar de forma mais ampla o combate à violência contra a mulher. Como argumentam Cerqueira, Moura e Pasinato (2019), “ainda que [o empoderamento econômico] seja um elemento importante, não é suficiente para superar a desigualdade de gênero geradora de violência ainda vigente no Brasil” (p. 28). **São necessárias políticas públicas que visem a proteção da mulher,** como o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha e a oferta de apoio psicológico às vítimas de violência, bem como a conscientização a respeito das desigualdades de gênero existentes na sociedade.



Atitudes tomadas pelas mulheres que sofreram violência

A fim de compreender a busca pelas instituições e pelas redes de apoio após ter sido vítima de violência, perguntamos às entrevistadas sobre a atitude tomada em relação à agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses.

A resposta com maior percentual segue sendo “não fez nada”, que foi de 52% nas pesquisas de 2017 e 2019, e de 45% nas duas mais recentes. É digno de nota que a maioria das vítimas ainda permaneça em silêncio.

Tabela 17: Atitude em relação a essa agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017-2023.

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
Procurou ajuda da família	13,0	15,0	21,6	17,3
Procurou ajuda dos amigos	12,0	10,0	12,8	15,6
Denunciou em uma Delegacia da Mulher	11,0	10,0	11,8	14,0
Denunciou em uma delegacia comum	10,0	8,0	7,5	8,5
Procurou a Igreja	5,0	8,0	8,2	3,0
Ligou para a Polícia Militar no 190	3,0	5,0	7,1	4,8
Ligou para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	1,0	1,0	2,1	1,6
Não fez nada	52,0	52,0	44,9	45,0
Denunciou à Polícia através de um registro eletrônico			1,8	1,7
Procurou uma associação ou entidade de proteção à Mulher (ONG)			1,9	0,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres.

Dentre aquelas que afirmaram procurar ajuda de alguma pessoa ou organização, a família é o ator que aparece com mais frequência, para 17,3% das respondentes e, na sequência, os amigos, com 15,6% das respostas. Dentre aquelas que afirmaram ter procurado algum equipamento público, o que aparece com mais frequência são as delegacias da mulher, com 14%, seguidos das delegacias comuns com 8,5% das respostas. 4,8% das respondentes acionaram a Polícia Militar através

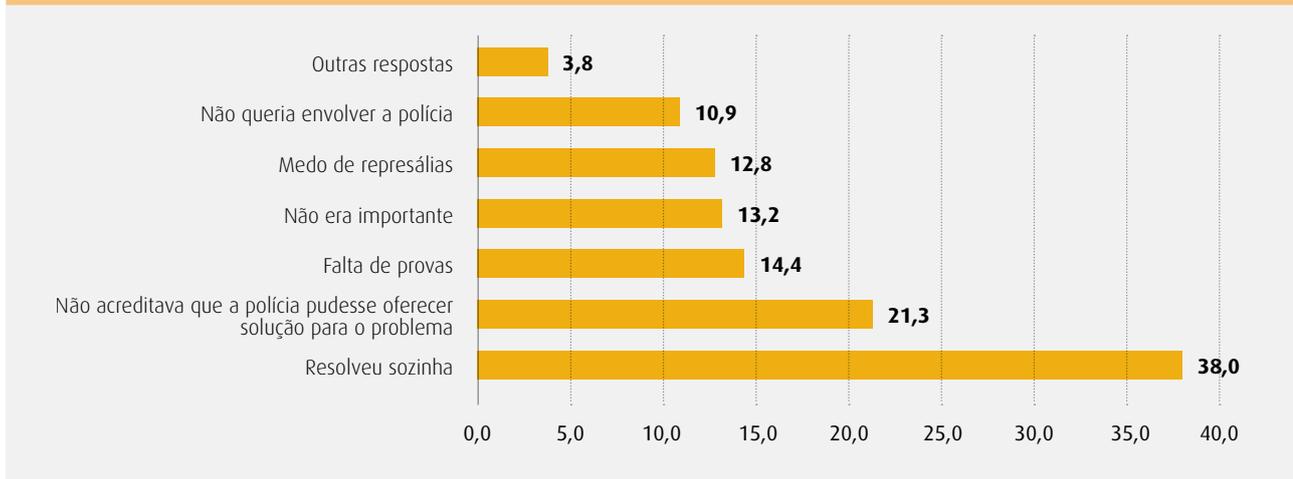
do 190 e 1,6% ligaram para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

Chama a atenção que a igreja, um ator frequentemente citado pelas mulheres, tenha perdido protagonismo em relação às pesquisas anteriores. Na comparação com a realizada em 2021 a queda foi de 5 pontos percentuais, de modo que apenas 3% das respondentes buscaram a Igreja após a violência sofrida.

Em outra bateria de questões, perguntamos às entrevistadas os motivos para não terem buscado as instituições policiais após a agressão sofrida. Dentre as respostas disponíveis, 38% afirmaram terem

resolvido a questão sozinhas, 21,3% afirmaram não acreditar que a polícia pudesse oferecer solução para o problema, e 14,4% destacaram a falta de provas para tal.

Gráfico 12: Razões pelas quais as vítimas de violência não procuraram a polícia após a última agressão sofrida.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Este dado revela que, não obstante o recrudescimento de mecanismos penais para punir a violência contra a mulher, a exemplo de recentes alterações legislativas, como a Lei Mariana Ferrer (lei 14.245/2021), a tipificação da violência psicológica (lei 14.188/2021) e do crime de perseguição/*stalking* (lei 14.132/2021), a pesquisa parece apontar para a desconfiança na eficiência do aparato policial.

Nem mesmo as delegacias e nem demais instituições de segurança pública estão sendo suficientes enquanto portas de entrada para as mulheres que sofrem violência. As vítimas não procuram a polícia porque não acreditam em sua efetividade enquanto órgão apto para oferecer uma solução para a violência sofrida, o que, em última instância, indica a falta de garantia de direitos fundamentais e da própria capacidade estatal para tan-

to. O risco, aqui, é a própria vida das mulheres que, como vimos, têm sido mais ameaçadas, e de forma mais grave.

A contradição é que a falta de confiança na polícia não elimina a demanda pela atuação dessa mesma instituição. E é isso que aparece quando, entre as ações para combater a violência, a demanda por orientação de como acionar a polícia figura entre as mais importantes para 69% das entrevistadas. Tomada isoladamente, a declaração de que as mulheres nada fizeram frente ao evento delituoso vivenciado poderia parecer conformismo. Contudo, em cotejo com a leitura do que as próprias vítimas consideram como muito importante para a superação da violência, pode, em verdade, jogar luz sobre as escolhas que as próprias mulheres estão sinalizando como possíveis agendas de ação.



Assédio sexual

Que mulher nunca atravessou a rua com medo de passar em frente a um grupo de homens e ouvir comentários desrespeitosos? Ou pensou duas vezes antes de sair de casa com determinada roupa para pegar o transporte público, com receio de ser apalpada contra a sua vontade?

As questões apresentadas nesta seção tratam de comportamentos caracterizados como assédio sexual. O assédio sexual é uma expressão da violência sexual, caracterizada como manifestação sensual ou sexual, alheia à vontade da pessoa a quem se dirige. Configuram atos de assédio abordagens grosseiras e comentários obscenos, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham, amedrontam, ou seja, que não contam com o consentimento da outra parte (“Vamos falar sobre assédio sexual” - Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher DPSP/Think Olga).

Uma pesquisa realizada pela organização Think Olga como parte da campanha Chega de Fiu Fiu demonstrou que 99,6% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de assédio. Ou seja, o direito de a mulher ir e vir na cidade é constantemente cerceado e permeado por medo e constrangimento. Presente desde a primeira edição da pesquisa Visível e Invisível, em 2017, o cenário trazido pela vitimização de mulheres que experimentaram alguma forma de assédio sexual aponta para a marca estrutural da violência de gênero, que vem persistindo ao tempo, atravessa o sistema jurídico-penal sem necessariamente ali encontrar solução e vem nefastamente naturalizando o abuso contra meninas e mulheres.

Apenas no último ano, 46,7% das mulheres brasileiras de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de assédio sexual. Projetando este percentual para o universo da população, estamos falando de **30 milhões de mulheres que foram assediadas sexualmente no ano de 2022**. A conduta mais frequentemente citada foi a cantada e os comentários desrespeitosos na rua, experimentado por 4 em cada 10 mulheres (26,3 milhões).

Gráfico 13: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

A segunda forma de assédio mais frequente foi a cantada ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho, citado por 18,6% da população feminina (11,9 milhões), seguido do assédio com contato físico no transporte coletivo, citado por 12,8% das mulheres (8,2 milhões). Se o imaginário popular tende a pensar o assédio sexual como algo restrito a festas ou bares, é interessante notar que os três locais mais frequentemente citados são a rua, o trabalho e o transporte público.

Ser tocada contra a sua vontade em uma festa ou balada apareceu em quarto lugar, citado por 11,2% das entrevistadas, o que corresponde a 7,2 milhões de mulheres. 8% das entrevistadas afirmaram que alguém tentou se aproveitar delas por estarem alcoolizadas (5,1 milhões), 7,4% relataram ter sido assediadas em transporte por aplicativo, como Uber, 99 táxi e outros (4,7 milhões) e 6,2% foram agarradas e/ou beijadas à força (3,9 milhões).

Tabela 18: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Projeção populacional.

	Prevalência	ME	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
SOFREU ALGUMA	46,7	3,4	43,3	50,1	27.874.179	30.075.998	32.277.818
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	41,0	3,4	37,6	44,4	24.224.026	26.394.493	28.564.961
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	18,6	2,7	15,9	21,3	10.271.609	11.989.455	13.707.300
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	12,8	2,3	10,5	15,1	6.748.864	8.221.648	9.694.433
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	11,2	2,2	9,0	13,4	5.815.332	7.206.609	8.597.887
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	8,0	1,9	6,2	9,9	3.963.626	5.161.977	6.360.327
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, Cabify, 99 Táxi e etc?	7,4	1,8	5,6	9,2	3.588.294	4.740.791	5.893.287
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	6,2	1,6	4,5	7,8	2.903.532	3.964.259	5.024.985
NÃO SOFREU NENHUMA	52,3	3,4	48,9	55,7	31.478.066	33.682.347	35.886.629

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Além da gravidade dos dados apresentados, considerando sua magnitude, preocupa ainda que a análise da série histórica indique **os maiores níveis de prevalência por assédio sexual já relatados ao longo de todas as pesquisas**. Comparando a atual

pesquisa com os dados de 2021, o crescimento na prevalência de assédio foi de 9 pontos percentuais, passando de 37,9% para 46,7%. Neste período, todas as formas de assédio listadas apresentaram crescimento.

Tabela 19: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017 - 2023.

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
SOFREU ALGUM TIPO DE ASSÉDIO	40,2	37,1	37,9	46,7
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua	35,6	32,1	31,9	41,0
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho	13,3	11,5	12,8	18,6
Foi assediada fisicamente em transporte público como no ônibus, metrô	10,4	7,8	7,9	12,8
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo	6,2	6,2	5,6	11,2
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação	5	5	5,4	8
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, 99 Táxi, Cabify e etc?	-	4	5,2	7,4
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada	3,7	3,3	4,6	6,2
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	59,4	61,6	61,4	52,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. Só mulheres.

Em relação ao perfil das vítimas, o assédio tem maior prevalência entre mulheres jovens. Na faixa etária de 16 a 24 anos, 76,1% foram vitimizadas

no último ano. A medida em que avança a idade, cai a prevalência por assédio sexual.

Tabela 20: Vitimização por assédio sexual, por faixa etária.

	Faixa etária				
	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE ASSÉDIO	76,1	57,0	42,9	33,6	16,2
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	71,9	48,1	38,3	27,6	12,0
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	34,3	25,5	16,1	11,3	1,5
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	20,4	15,0	13,6	7,4	5,6
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	25,0	15,3	8,8	3,5	1,0
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	16,5	10,4	5,8	5,4	
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, 99 Táxi, Cabify e etc?	8,7	8,8	9,9	6,6	1,0
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	12,8	3,3	5,7	6,1	2,3
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	23,9	41,9	55,4	64,6	83,8

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Em relação a escolaridade, a prevalência aumenta com os anos de estudo. Enquanto 31,8% das mulheres com ensino fundamental relataram alguma forma de assédio no último ano, entre as mulheres com nível superior chegou a 59,7%. Cabe destacar que a compreensão do que é um assédio pode variar na percepção de uma mulher para outra, o que nos ajuda a entender estes dados. É provável que mulhe-

res mais jovens e que passaram pela faculdade estejam mais engajadas em debates acerca dos direitos das mulheres e, portanto, tenham uma compreensão mais ampla do que significa um assédio sexual. Isso explica, por exemplo, porque 7,3% das mulheres com ensino fundamental afirmam ter sofrido assédio no transporte público enquanto o mesmo foi dito por 19,7% das mulheres com ensino superior.

Tabela 21: Vitimização por assédio sexual, por escolaridade.

	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE ASSÉDIO	31,8	47,5	59,7
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	23,5	42,6	55,0
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	10,1	19,5	25,4
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	7,3	11,9	19,7
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	5,9	12,3	14,4
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	6,7	8,1	9,1
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, 99 Táxi, Cabify e etc?	5,5	7,7	8,6
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	4,2	6,9	6,7
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	67,1	51,2	39,8

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

A prevalência por perfil racial indica maiores níveis de vitimização entre mulheres negras (49,1%) do que entre brancas (42,2%). As mulheres pretas foram as mais vulneráveis ao assédio sexual no último ano, mais da metade deste grupo populacional

sofreu alguma forma de assédio sexual (52,3%), trazendo para o centro do debate o racismo, o machismo e a objetificação do corpo das mulheres negras como variáveis centrais para compreensão destes resultados.

Tabela 22: Vitimização por assédio sexual, por raça/cor.

	Raça/cor			
	Branca	Negra (Preta+Parda)	Preta	Parda
FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE ASSÉDIO	42,2	49,1	52,3	47,9
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	38,1	43,2	50,4	40,4
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	17,2	19,3	26,2	16,6
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	11,7	13,5	16,0	12,6
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	10,0	11,5	12,4	11,2
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	5,8	9,3	6,7	10,3
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, 99 Táxi, Cabify e etc?	5,5	8,2	5,4	9,3
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	7,5	5,7	6,9	5,2
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	57,4	49,7	45,6	51,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.



As (muitas) marcas da violência

Desde que o FBSP passou a coletar, analisar e publicar de forma sistemática dados sobre diversas modalidades de violência praticadas contra mulheres na sociedade brasileira, temos testemunhado o aumento dos números de casos de mulheres assassinadas por serem mulheres, de mulheres agredidas de forma continuada por companheiros ou ex-companheiros e de mulheres que sofrem assédio no cotidiano, no trabalho ou na rua.

Da mesma forma que são diferentes os tipos de violência, são também diferentes as mulheres que as sofrem e o impacto dessas violências em cada uma delas. Em cada uma de nós. Mas há algo que é comum: não há como passar por uma violência, seja ela qual for, de forma incólume - a marca fica no corpo, às vezes na alma, muitas vezes em ambos.

A 4ª. edição da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” reitera que nós, mulheres, não estamos seguras em nenhum lugar, mas principalmente em nossas casas. É lá onde estamos mais vulneráveis. E é também a pessoa com quem temos ou tivemos um relacionamento íntimo a principal responsável pelas violências que sofremos.

Não há respostas simples para questões como: onde, então, podemos encontrar segurança? A

quem recorrer quando em perigo? Como interromper ou reagir a situações ou relações de violência? Na pesquisa aqui apresentada, 45% das mulheres vítimas de violência relataram não terem tomado atitudes diante da agressão mais grave que sofreram, e 38% afirmaram que “resolveram a situação sozinhas”. Mas o que significa “resolver sozinha” uma violência? Quão solitária e desamparada está a mulher que “resolve sozinha” a violência que sofre? Por que isso acontece?



Sabemos que as relações marcadas por abuso e violência são relações inseridas numa espiral com potencial apenas de crescer, nunca de diminuir. São processos que costumam começar de forma silenciosa, sutil, nos quais o agressor passa a controlar a mulher, restringindo suas relações sociais até o ponto em que passa a ser sua única referência de convívio. Nessa fase, marcada pela violência psicológica, podem ocorrer humilhações, insultos e intimidações que afetam a autoestima das vítimas. A tensão se agrava e pode se desdobrar em agressões mais contundentes, incluindo as físicas. Geralmente o agressor responsabiliza a mulher por seu próprio comportamento violento, fazendo com que a mulher se sinta culpada pelas violências que sofre.

Após o ponto agudo da violência, o agressor pode se mostrar arrependido, faz promessas de mudan-

ça e o casal entra na chamada “lua de mel” do ciclo da violência. Em um novo pacto, seguem a relação e ela nutre a esperança de que dali para a frente será diferente, mas o que se observa é um retorno ao momento de tensão e novamente ao episódio agudo de violência, alimentando um ciclo recorrente muito difícil de ser rompido. São relações íntimas, nas quais são depositadas expectativas construídas socialmente a respeito do que seria uma família e um casamento. Nesses casos, é comum que a vítima da agressão tenda a “justificar as atitudes do agressor e protelar a exposição de suas angústias até a situação se tornar insustentável” (LUCENA *et al.*, 2016).

Embora não seja um fator determinante, não é incomum que mulheres em relações abusivas tenham mães e avós também inseridas em contextos de violência íntima – não tendo, portanto, referências de relacionamentos afetivos isentos de violência. Um reflexo das relações sociais construídas a partir de papéis de gênero marcados por uma relação de poder e, portanto, desigual, onde mulheres são submetidas aos homens.

Esse tipo de violência é complexo em suas causas e consequências, pois afeta vítimas, familiares, profissionais de redes de apoio e a própria coletividade. Isso porque, como aponta Scarpati (2022), um dos efeitos da violência de gênero é a naturalização de práticas e discursos violentos contra as mulheres. Quanto mais a coletividade se mostra permissiva diante dessas práticas, mais elas se perpetuam.

Os efeitos da violência na saúde variam com a idade e o sexo das vítimas, mas sabe-se que são mais severos sobre as mulheres e que em casos de múlti-

plas violências e/ou por tempo prolongado, os efeitos podem ser cumulativos (RIVERA *et al.*, 2019). Ela exerce consequências biológicas, como danos aos sistemas neuroendócrino e imunológico. Do ponto de vista psicológico, produz efeitos como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, suicídio, risco cardiovascular e morte prematura.



É mais provável que mulheres que sofreram violência de seus parceiros íntimos, comparadas com as que não sofreram, tenham algum tipo de doença física ou psicológica. Além dos exemplos citados acima, a violência ainda pode impactar de maneira drástica a vida social dessa mulher. Como consequência da violência, pode passar a fazer uso ou abuso de substâncias como drogas e álcool, pode ver diminuir sua produtividade no trabalho ou nos estudos o que, de alguma forma, afeta a sua capacidade de ser economicamente independente. Esse desdobramento específico, pode representar ainda mais dificuldade em se desvencilhar da relação violenta, uma vez que sabemos que a autonomia financeira é uma porta de saída importante.

Portanto, as consequências das experiências de violência podem ser complexas e diversas, indo dos riscos físicos e psicológicos, como lesões, dores, gravidez indesejada, abortos a quadros de ansiedade, depressão, assim como transtornos alimentares e de estresse pós-traumático, além de tabagismo, consumo de drogas e álcool, entre outros, podendo ainda resultar em suicídio, mortalidade materna e feminicídio. (SCARPATI, 2022).

Uma das consequências da violência na vida das vítimas é o possível desencadeamento de processos

de estresse pós-traumático. Tais processos, como explica Scarpati (2022), podem gerar na vítima uma espécie de apagamento da violência sofrida, o que faz com que ela se coloque novamente em situações de risco ou, ao contrário, passe a ver perigo em todos os lugares. A desconexão com as memórias da violência se torna uma espécie de defesa diante do impacto emocional do trauma, mas que abre caminho para a desatenção diante do perigo e para a revitimização. Já no estado de hipervigilância, até mesmo referências de cuidado e segurança passam a ser interpretadas como fonte de perigo, com consequências igualmente danosas. É importante compreender que esse comportamento, consequência de violências prévias, nem sempre é uma escolha, mas o resultado de experiências que podem ter impactado a capacidade de autoproteção e autopreservação da vítima, o que pode interferir na decisão de procurar ou não ajuda.

A violência de gênero impacta a todos e expressa em seu entorno uma “dinâmica do silêncio”, que envolve não apenas vítimas, mas também profissionais que devem as acolher. Esse silêncio se torna um obstáculo para o diagnóstico da situação, uma vez que fatores culturais e sociais, como mencionado, mas também a falta de orientação das vítimas e dos profissionais envolvidos no acolhimento e atendimento a elas, seja nos sistemas de saúde, segurança ou justiça, faz parecer que ambos os grupos de sujeitos envolvidos – vítimas e profissionais - têm receio em lidar com os desdobramentos da violência. (LUCENA *et al.*, 2016; SCARPATI, 2022)

Em um estudo de 2005, realizado em dez países, a Organização Mundial de Saúde constatou que

mulheres vítimas de violência física ou sexual pelo parceiro íntimo, na comparação com mulheres que não haviam vivenciado essas situações, apresentaram probabilidade maior de relatarem situação de saúde ruim ou muito ruim. Relataram, por exemplo, mais problemas para caminhar e realizar atividades diárias e mais quadros de dor, perda de memória, tontura. Em todos os cenários, mulheres que relataram terem sido alvo de violência física ou sexual por parceiro íntimo, ou ambas, expressaram níveis significativamente mais altos de sofrimento emocional e maior probabilidade a pensar em suicídio ou tentar suicídio do que mulheres que nunca haviam sofrido violência pelo parceiro.

Um aspecto inédito trazido na 4ª edição da presente pesquisa é ouvir o que pensam as mulheres, sobretudo aquelas que são vítimas de violência, a respeito do que consideram mais importante em políticas públicas destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica. As mulheres que já sofreram algum tipo de violência destacaram como pontos mais importantes: “punir de forma mais severa aqueles que cometem violência doméstica” e “ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro especialista em saúde mental” como principais ações, indicando que a punição do agressor e o acolhimento e escuta qualificada da vítima são igualmente importantes.

Portanto, quando pensamos nas consequências das violências na vida daquelas pessoas que as sofrem, devemos colocar as mulheres vítimas no centro das políticas de acolhimento e cuidado, mas devemos também olhar além, uma vez que a violência baseada em gênero afeta a todos e a todas. Sem ações interdisciplinares que contemplem profissionais



da saúde, educação, assistência social, entre outras áreas, transferiremos, mais uma vez, todo o ônus apenas para as mulheres.

Considerando que pesquisas como essa nos ajudam a pensar em caminhos possíveis e em sugestões para o enfrentamento da violência de gênero, é fundamental, então, que comecemos as recomendações pelos apontamentos das próprias mulheres, especialmente aquelas que vivem ou viveram situações de violência pontualmente ou ao longo da vida.

Além da punição do agressor e de ter alguém especialista para conversar, apareceram nas respostas das mulheres em geral: disponibilizar aplicativos de celular que permitam as vítimas de violência doméstica pedirem ajuda apertando apenas um botão no celular; oferecer suporte legal e serviços de ajuda, que orientem como reportar a violência e como informar a polícia; ampliar a divulgação de campanhas sobre conscientização e denúncia de violência doméstica para homens e mulheres; disponibilizar mais informações sobre segurança, prevenção e direitos das vítimas: aqui essas mulheres estão nos dizendo que precisam de informação qualificada, acessível, assim como noções sobre seus direitos e auxílio para pedirem ajuda de maneira rápida e simples. Seria óbvio e básico se não fossem as próprias mulheres a dizerem que estamos todos carentes de informações, de conscientização sobre direitos, segurança

e prevenção da violência. E que o enfrentamento passa por, além de punir o agressor, uma escuta qualificada e um desenho claro de quais são as etapas – e consequências - de uma denúncia. Além disso, mencionam também, como pontos muito importantes, garantir acesso a necessidades básicas para mulheres em situação de violência doméstica, como: casa abrigo, alimentação e vestimenta e a criação de vagas de trabalho específicas para mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho. Esses dois últimos pontos são maneiras de dar possibilidades mais concretas às mulheres que saem ou pretendem sair das relações violentas.

É necessário destacar que as mulheres que sofreram violência consideraram muito importantes as seguintes políticas públicas, nessa ordem de relevância: punir de forma mais severa aqueles que cometem violência doméstica; ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro especialista em saúde mental; garantir acesso a necessidades básicas para mulheres em situação de violência doméstica, como: casa abrigo, alimentação e vestimenta e disponibilizar mais informações sobre segurança, prevenção e direitos das vítimas.

O gráfico e a tabela abaixo mostram como é importante ouvir o que as mulheres têm a dizer. Especialmente aquelas que estão ou estiveram em situação de violência.

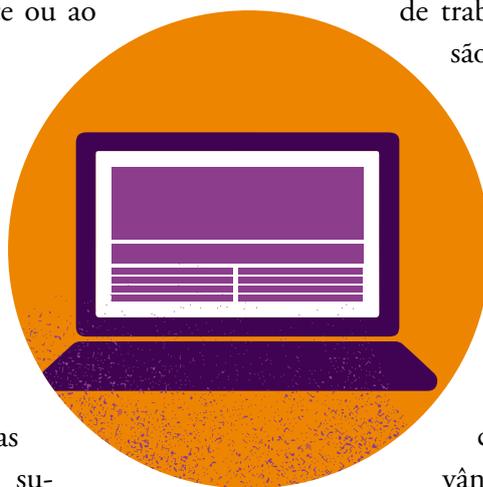
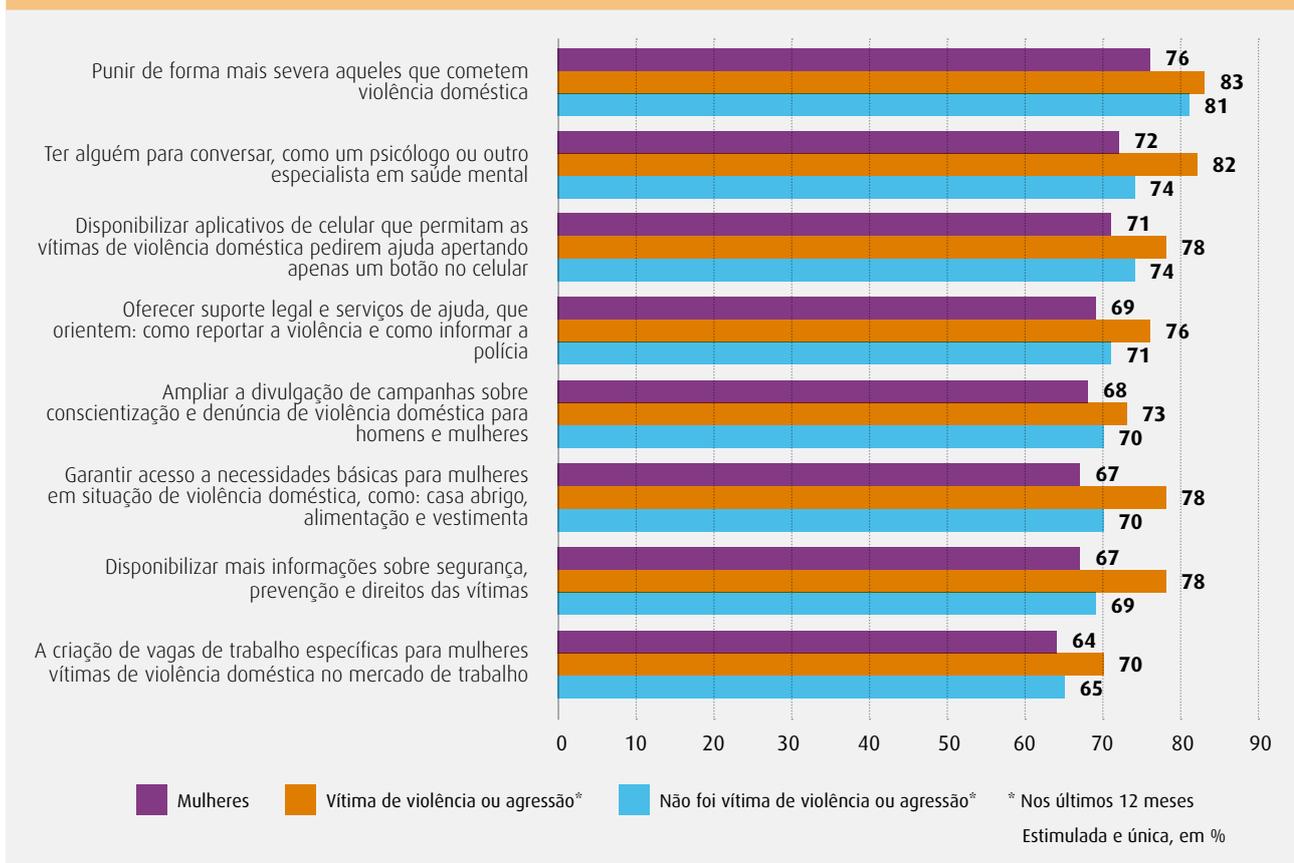


Gráfico 14: Ações para combater a violência doméstica - Mulheres e vítimas de violência



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Tabela 23: Políticas públicas consideradas importantes para o enfrentamento à violência contra a mulher segundo as entrevistadas.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Punir de forma mais severa aqueles que cometem violência doméstica.	76,5	20,6	1,3	1,2
Ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro especialista em saúde mental.	72,4	26,0	0,9	0,4
Disponibilizar aplicativos de celular que permitam as vítimas de violência doméstica pedirem ajuda apertando apenas um botão no celular.	70,8	26,9	1,3	0,5
Oferecer suporte legal e serviços de ajuda, que orientem: como reportar a violência e como informar a polícia.	69,4	29,4	0,3	0,4
Ampliar a divulgação de campanhas sobre conscientização e denúncia de violência doméstica para homens e mulheres.	67,9	30,0	0,8	1,0
Garantir acesso a necessidades básicas para mulheres em situação de violência doméstica, como: casa abrigo, alimentação e vestimenta.	67,2	30,8	0,5	1,0
Disponibilizar mais informações sobre segurança, prevenção e direitos das vítimas.	67,0	31,1	1,1	0,6
A criação de vagas de trabalho específicas para mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	63,7	32,6	2,1	0,9

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.



Recomendações

A partir do que nos disseram as mulheres ouvidas pelo Datafolha em janeiro de 2023, mas também das pesquisas e trabalhos desenvolvidos nessa área, achamos fundamental registrar algumas recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas, mas também projetos e programas que possam auxiliar o enfrentamento da violência contra meninas e mulheres.

Primeiramente, importante considerar o que os dados nos mostram sobre o fenômeno: quem são as vítimas e quem são os agressores? Essas informações são fundamentais para o desenho das políticas e projetos. São as mulheres negras, de baixa escolaridade e em idade reprodutiva as mais vulneráveis. Além disso, o rompimento do relacionamento e ter filhos também são fatores de risco. As mais comuns, principais e mais graves violências aconteceram dentro de casa e tiveram como autor companheiros ou ex-companheiros.

Sendo assim, parece razoável dizer que as principais ações devem priorizar as famílias, que são, ao mesmo tempo, a fonte dos problemas, mas também das soluções, já que boa parte das mulheres ao invés de procurar ajuda em órgãos oficiais, procuram familiares e amigos. No entanto, as mulheres e seus filhos devem estar na centralidade dessas ações.

Importante mencionar que a rede de proteção às mulheres já existe, mas é importante que os atores sejam fortalecidos, capacitados e aprendam a atuar de maneira articulada. Quando falamos do enfrentamento às violências baseadas em gênero, não basta cada um fazer sua parte.

Disseminação de Informação:

- Desenvolver campanhas sobre prevenção da violência, direitos e segurança, de forma integrada com os equipamentos de áreas sociais, como educação e saúde, para além do trabalho feito nas áreas da segurança pública e justiça.
- Identificar porta-vozes nas áreas social, política, religiosa e outras para falarem sobre a violência contra as mulheres e desigualdade de gênero.
- Desenvolver campanhas voltadas às famílias nos equipamentos de atendimento à saúde, assistência social e nas escolas, de forma a realizar atuações em rede.

Ações Governo Federal:

- Ampliar e executar o orçamento da União para políticas de prevenção, acolhimento e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres.
- Articular e fortalecer as redes de proteção desde o governo federal, incluindo o fortalecimento da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
- Atualização e monitoramento de protocolos nacionais de enfrentamento, proteção e produção de informação.
- Implementação da lei 14.232/2021, que institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mu-

lheres. O desenho de políticas públicas, sua implementação e o monitoramento das ações realizadas demanda a produção periódica de dados e informações.

- Observar o cumprimento da lei 14.316/2022, que determina que 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) sejam direcionadas para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Considerando o valor arrecadado pelo FNSP em 2022, segundo o Portal da Transparência⁵, e assumindo que em 2023 a receita será parecida, o Ministério da Justiça deverá empenhar cerca de R\$110 milhões em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Segurança Pública e Justiça:

- Estimular a adoção de protocolos de atendimento para todos os profissionais de segurança pública, em especial pelas Polícias, que em geral são restritos a unidades especializadas, de modo a garantir o atendimento digno à todas que demandarem algum atendimento das Polícias (considerando que, muitas vezes, a polícia é a porta de entrada dessas mulheres na rede de proteção. Se essa entrada falhar pode ser que essa mulher não volte mais).
- Fortalecer as condições técnicas (tecnológicas e de recursos humanos) para ofertar o atendimento por meio eletrônico, quando for o caso, de forma célere. Não basta existir a plataforma para o regis-

tro da ocorrência, mas também profissionais que façam o encaminhamento dos registros em tempo real e que estejam adequadamente treinados.

- Fortalecer a integração entre a rede de acolhimento, as Polícias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Poder Judiciário e sociedade civil.
- Treinamento dos profissionais para o olhar da violência de gênero em seu trabalho cotidiano, com a realização do fortalecimento da rede que atua no enfrentamento da violência.
- Aperfeiçoamento da implementação da Lei Maria da Penha.

Acolhimento e encaminhamento:

- Garantir o acolhimento e escuta qualificada da mulher em situação de violência.
- Ampliar a capacidade de abrigamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes.
- Desenvolver programas de geração de renda e emprego que priorizem mulheres que sofreram violência doméstica.
- Ampliar programas de transferência de renda a mulheres em situação de pobreza, em especial para as chefes de família.
- Fortalecer os sistemas de apoio formal e informal para mulheres que vivem em situação de violência.



⁵ Dados extraídos do Portal da Transparência indicam que o valor arrecadado pelo FBSP no ano de 2022 foi de R\$2.228.255.711,20.

Referências bibliográficas

- Ação Educativa, Cenpec. Pesquisa Educação, Valores e Direitos 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/pesquisa-educacao-valores-e-direitos>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BARKER, Catherine. Australian government measures to counter violent extremism: A quick guide. Parliamentary Library, 2015.
- BHATTACHARYA, Haimanti. Spousal violence and Women's employment in India. *Feminist Economics*, v. 21, n. 2, p. 30-52, 2015. Disponível em: <http://dspace.stellamariscollege.edu.in:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5666/VIOLENCE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. Crimes contra mulheres. Ed. Salvador, Editora JusPodivm, 2022.
- CAMPBELL, J. C., et al. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *American Public Health Association*, 93, 1069–1097.
- CERQUEIRA, Daniel; DE MOURA, Rodrigo Leandro; PASINATO, Wânia. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Texto para Discussão, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9705-td2501.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- FAJARDO-GONZALEZ, Johanna. Domestic violence, decision-making power, and female employment in Colombia. *Review of Economics of the Household*, v. 19, n. 1, p. 233-254, 2021. Disponível em: <https://pop.umn.edu/sites/pop.umn.edu/files/fajardo-gonzalez-combined.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade. 3ª edição. 2022.
- FERNANDES, V. D. Raio X do Femicídio em São Paulo: é possível evitar a morte. São Paulo, Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, 2018.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022a. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- LUCENA, Kerle Dayana Tavares de, et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. *J. Hum. Growth Dev.* [online]. 2016, vol.26, n.2, pp. 139-146. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt_03.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.
- KIVISTO, Aaron J.; PORTER, Megan. Firearm use increases risk of multiple victims in domestic homicides. *J Am Acad Psychiatry Law*, v. 48, n. 1, p. 26-34, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

RIVERA et al. The Effects of Violence on Health. *HEALTH AFFAIRS* 38, N°. 10 (2019): 1622–1629. Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/epdf/10.1377/hlthaff.2019.00480>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLr-qwYhkL/?format=pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCARPATI, Arielle Sagrillo. Violência de Gênero como uma forma de trauma: reflexões para o acolhimento e cuidado das vítimas. In: Ministério Público Estratégico: Violência de Gênero/Amanda Lagreca.... [et al.]; coordenado por Mario Luiz Sarubbo...[et al.] – Indaiatuba: Editora Foco, 2022

SORENSEN, Susan B.; SCHUT, Rebecca A. Nonfatal gun use in intimate partner violence: A systematic review of the literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 19, n. 4, p. 431-442, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Violence against women prevalence estimates. Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva: World Health Organization, p. 2021, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/item/9789240022256>. Acesso em: 27 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. World Health Organization, 2005. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43309>. Acesso em: 27 fev. 2023.



VISÍVEL E INVISÍVEL:
A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES NO BRASIL

4ª EDIÇÃO - 2023

